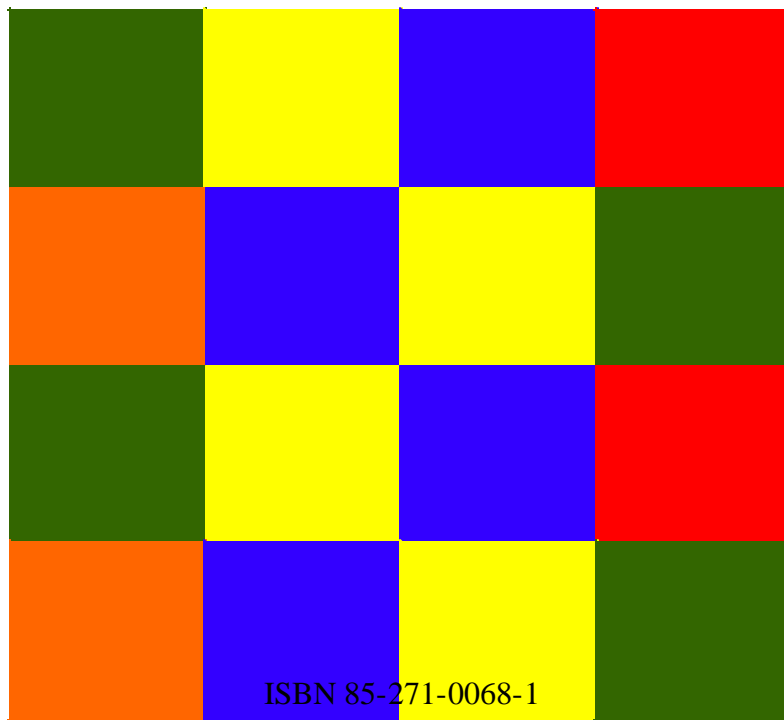
MILTON SANTOS

METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO

ISBN 85-271-0068-1

SANTOS, Milton. **METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec.São Paulo 1988.

INTRODUÇÃO

O presente volume constitui, de alguma forma, uma continuação de Por uma Geografia Nova, cuja primeira edição foi publicada pela Hucitec em 1978. Nossa ambição, inscrita na introdução daquele livro, de desenvolver uma série de temas correlatos, foi correspondida, ao longo desses dez anos, por um constante trabalho, no domínio teórico, no da pesquisa empírica, na elaboração de cursos de graduação e pós-graduação, que oferecemos, em diferentes lugares, a geógrafos, arquitetos e planejadores.

Alguns dos problemas que, então, levantáramos foram objeto de certo número de ensaios, alguns já publicados, enquanto outros ainda não puderam tomar uma forma definitiva. Entretanto, o desenvolvimento atual da geografia brasileira está a exigir a urgente explicitação de algumas categorias analíticas. A geografia crítica, que tanto floresceu nesse período, não se pode contentar em ser apenas crítica. Para ser útil e utilizada, a crítica tem de ser analítica e não apenas discursiva. A crítica pode até ser destrutiva, desde que tenha algo a propor, explícita ou implicitamente, sem o que não contribui para o avanço do conhecimento.

Muitas teses acadêmicas e livros, além de artigos de revistas, já têm oferecido contribuição valiosa à renovação das idéias sobre o espaço geográfico. Há, ainda, todavia, muito o que fazer e é nesta corrente que nos desejamos inscrever modestamente. Este livro foi concebido justamente para debater algumas realidades do presente e os conceitos delas resultantes. Por isso, os dois primeiros capítulos buscam situar a geografia no contexto do mundo atual, enquanto os demais, tomando como ponto de partida as metamorfoses do espaço habitado, buscam rediscutir categorias tradicionais e sugerir algumas linhas de reflexão metodológica. Falar sobre *o espaço* é muito pouco, se não buscamos defini-lo à luz da história concreta. Falar simplesmente do *espaço*, sem oferecer categorias de análise é também insuficiente. Por isso nos pareceu oportuno distingui-lo da paisagem e da configuração territorial que, entretanto, comparecem como elementos fundamentais do seu entendimento. Essa compreensão passa pelo reconhecimento da crescente imbricação entre o natural e o artificial que tanto permite abordar o velho debate sobre a definição da geografia física e da geografia humana, como a discussão sobre o sentido da geografia geral em relação à geografia regional. Tudo isso comporta diferentes visões do movimento das contradições de que resultam as metamorfoses do espaço.

Contei com a ajuda de Denise Elias, mestranda em geografia na Universidade de São Paulo, tanto na discussão do projeto do livro, como na sua redação. Espero que este livrinho, pela sua linguagem, seja acessível ao maior número de leitores, sem, todavia, descambar no simplismo que os ofende.

Os Capítulos 1 e 2 foram conjuntamente publicados como artigo em francês, inglês e espanhol pelo *International Social Science Journal, v.* 36, n.° 4, da UNESCO, em 1984 e pela *Revista Brasileira de Tecnologia* do CNPq, em 1985, e o Capítulo 3 apareceu também em forma de artigo na revista *Arquitetura e Urbanismo,* nov. 1985. Os demais capítulos são inéditos.

Capítulo .l

A REDESCOBERTA E A REMODELAGEM DO PLANETA NO PERIODO TÉCNICO CIENTIFICO E OS NOVOS PAPÉIS DAS CIÊNCIAS

Entre os múltiplos aspectos do período atual, é obrigatório reconhecer as relações entre as condições de realização histórica e a nova revolução científica. Essa revolução histórica e científica atribui às ciências do homem e da sociedade um lugar ainda mais privilegiado no conjunto dos conhecimentos. Num mundo assim reestruturado, um papel particular deve incumbir à ciência geográfica - uma ciência do espaço do homem - e devemos interrogar-nos sobre os problemas que, nessa ótica, se abrem à sua realização, diante do conflito entre tudo o que acarretam os novos conteúdos prometidos à atualização da disciplina e suas atuais estruturas. Pode-se pensar que a inércia se imporá ao movimento, impedindo-lhe o desenvolvimento, ou se deve acreditar que uma geografia renovada poderá afirmar-se?

1. Da internacionalização à globalização

Não sem razão K. Polanyi falou de uma "Grande Transformação" para saudar as profundas mudanças impostas à nossa civilização desde o início do século[1]. Que dizer, então, da verdadeira subversão que o mundo conheceu a partir do final da Segunda Guerra Mundial, quando, por intermédio da globalização, uma fase inteiramente nova da história humana teve início?

Decerto, o que estamos vivendo agora foi longamente preparado, e o processo de internacionalização não data de hoje. O projeto de mundializar as relações econômicas, sociais e políticas começa com a extensão das fronteiras do comércio no princípio do século XVI avança por saltos através dos séculos de expansão capitalista para finalmente ganhar corpo no momento em que uma nova revolução científica e técnica se impõe e em que as formas de vida no Planeta sofrem uma repentina transformação: _as relações do Homem com a Natureza passam por -uma--reviravolta, graças aos formidáveis meios colocados à disposição do primeiro. Houve mudanças qualitativas surpreendentes, a mais notável das quais foi a possibilidade de tudo conhecer e tudo utilizar em escala planetária, desde então convertida no quadro das relações sociais. Pode-se falar de mundialização, enquanto ou rora se tratava de mera internalização[2].

Dado o novo alcance da história, importa "rever totalmente toda a estrutura dos postulados e preconceitos nos quais assentava a nossa visão do mundo", nas palavras de G. Barraclough (1965, p. 10). Mais recentemente, Katona e Strumpel (1978, pp. 2-3) criticam uma visão econômica pouco penetrada pelas novas realidades, lamentando que fatores como as finanças sejam ainda estudados num quadro puramente nacional, e não em seu contexto global. A sociologia, tal como foi fundada na segunda metade do século XIX, deveria ser substituída, segundo A. Bergensen (1970, p. 1), por uma "visão sistemática mundial", mais adaptada às novas realidades.

Mas será possível afirmar a existência desse sistema mundial (A. Bergensen e R. Schoenberg, 1980), chame-se ele sociedade mundial (Ralph Pettman, 1979) ou sistema global (G. Modelski, 1972)? Isso resultaria da interconexão sob todos os pontos de vista, entre as mais afastadas e disparatadas sociedades nacionais, por força das novas condições de realização da vida social, ou seja, de uma divisão mundial capitalista do trabalho, fundada no desenvolvimento das forças produtivas em escala mundial e conduzida através dos Estados e das corporações gigantes ou firmas transnacionais[3].

A universalização do mundo pode ser constatada nos fatos. Universalização da produção, incluindo a produção agrícola, dos processos produtivos e do *marketing*. Universalização das trocas, universalização do

---

[1] 1 "A civilização do século XIX naufraga. Este livro trata das origens po!íticas e econômicas do acontecimento e da grande transformação que o seguiu.
Essa civilização repousava sobre quatro instituições. A primeira era o sistema de equilíbrio de forças que durante um século permitiu evitar a deflagração de grandes e devastadoras guerras entre as Potências. A segunda foi o padrão ouro como referência internacional, que simbolizava a organização única da economia mundial. A terceira era o mercado auto-regulado que gerou um bem-estar sem precedentes. A quarta era o Estado liberal. Segundo uma certa classificação, duas delas eram nacionais, e as duas outras internacionais. Juntas, determinaram as grandes linhas da história de nossa civilização". Karl Polanyi, *The Great Transformation (1944),* Bos~on, Beacon, *1957, p. 2.*

[2] "O sistema capitalista foi sempre um sistema mundial. Não poderemos compreendê-lo se excluirmos a interação entre o efeito interno de uma de suas partes e os efeitos externos sobre essa parte. Por isso a contribuição daqueles que enfatizaram o papel da periferia no estabelecimento do capitalismo desde o seu início não é nem pequeno nem suplementar (. . .)". Samir Amin, *1980, p. 187.*
"Embora tenha sido sempre um sistema mundial, o sistema capitalista passou por diversos estágios (. . .)". Samir Amin, *1980, p. 188*

[3] Na fase do monopólio múltiplo transnacional, o desenvolvimento das forças produtivas ocorre na escala do Planeta. A divisão mundial capitalista do trabalho daí decorrente é ao mesmo tempo uma especialização adiantada e uma integração. A possibilidade concreta de localizar ramos, processos, fábricas, explorações econômicas, de utilizar redes de transporte e de comercialização, de obter de toda parte informações praticamente instantâneas e de processálas eletronicamente nesses centros estrategicamente distribuídos, de influenciar de maneira decisiva nas determinações políticas nacionais ou multinacionais, de mobilizar rapidamente funcionários e agentes através do mundo, tudo isso transforma as corporações múltiplas em fatores poderosos de uma combinação complexa das forças produtivas, com variáveis muito numerosas e parâmetros operacionais que atuam em variados níveis de agregação". M. Zavala, *1976, p. 43.*

capital e de seu mercado, universalização da mercadoria, dos preços e do dinheiro como mercadoria-padrão, universalização das finanças e das dívidas, universalização do modelo de utilização dos recursos por meio de uma universalização relacional das técnicas,[4] universalização do trabalho, isto é, do mercado do trabalho e do trabalho improdutivo, universalização do ambiente das firmas e das economias, universalização dos gostos, do consumo, da alimentação. Universalização da cultura e dos modelos de vida social, universalização de uma racionalidade a serviço do capital erigida em moralidade igualmente universalizada, universalidade de uma ideologia mercantil concebida do exterior, universalização do espaço, universalização da sociedade tornada mundial e do homem ameaçado por uma alienação total.

Vivemos num mundo em que a lei do valor mundializado comanda a produção total, por meio das produções e das técnicas dominantes, aquelas que utilizam esse trabalho científico universal previsto por Marx.[5] A base de todas essas produções, também ela, é universal, e sua realização depende doravante de um mercado mundial.

Será que essa mundialização é completa? Para muitos, não haveria, por exemplo, mundialização das classes sociais (V. Navarro, 1982 e A. Bergensen, 1980, p. 10) nem uma moralidade universal, ainda que fosse a moralidade dos Estados. Se as firmas multinacionais criam em toda parte burguesias transnacionais (R. L. Sklar, 1976), e se instituições de natureza semelhante estão presentes em todos os países, as classes são ainda definidas territorialmente, assim como as aspirações e o caráter de um povo ainda o são em função das heranças históricas. Os Estados, cujo número se multiplicou devido às novas condições históricas, constituem um sistema mundial, mas individualmente eles são, ao mesmo tempo, uma porta de entrada e uma barreira para as influências exógenas. Sua ação, embora autoritária, assenta nas realidades preexistentes e por isso jamais induz uma mundialização completa das estruturas profundas da Nação. Mas isto não basta para impedir que se fale de globalização. Hoje, o que não é mundializado é condição de mundialização.

2. Um período técnico-científico?

E possível discordar quanto à denominação e às características do atual período histórico. Nós o vivemos, e nada é mais difícil que definir o presente. Porém já sabemos que nossa época implicou uma revolução global não totalmente acabada, mas cujos efeitos são perceptíveis em todos os aspectos da vida. Como disse Lucien Goldmann (1978, pp. 185186) , "a partir da Segunda Guerra Mundial, tornase cada vez mais evidente para os pesquisadores sérios que temos um terceiro tipo de capitalismo, para o qual se emprega toda uma série de expressões: capitalismo de organização, sociedade de massa, etc. Trata-se, sempre, do capitalismo, sem dúvida, mas mudanças essenciais surgiram". Nossa época sugere que devemos ter bem presente no espírito a advertência de Marx, para quem "o destino das novas criações históricas é o de serem consideradas como se nada mais fossem que uma contrapartida das formas antigas e mesmo defuntas da vida social, às quais se assemelham".[6]

Acreditamos, como tantos outros, que as perturbações que caracterizam esta fase da história humana decorrem em grande parte dos extraordinários progressos no domínio das ciências e das técnicas. Estaríamos no período do capitalismo tecnológico, segundo L. Karpik (1972) , ou da sociedade tecnológica, conforme H. Lefèbvre (1971) .

Sem dúvida, podemos perguntar-nos, de um lado, se o desenvolvimento econômico não dependeu sempre do progresso científico (Tsuru, 1961; P. Jalée, 1969; Ch. Bettelheim, 1967; R. Aron, 1961; J. Ellul, 1954), ou lembrar, como fez E. Mandel (1980) que esta é apenas a terceira revolução científica; e, por outro lado, seria bom levantar com freqüência a questão de R. Heilbroner (1967) : "As máquinas fazem a história?" Há os que crêem numa espécie de determinismo tecnológico[7] e os que se põem em guarda contra todo risco implícito na

---

[4] "(. . .) uma tríplice unive-salidade: universalidade espacial, universalidade qualitativa, universalidade relacional". S. Breton, 1968, p. 112.

"(. . .) A universalidade relacional (. . .) concretamente (. . .) se define pela comunicação de todas as técnicas que se abrem umas às outras num apelo de complementaridade que condiciona simultaneamente a possibilidade de sua existência e a de sua eficácia". S. Breton, 1968, p. 114.

[5] "Marx utilizou de maneira explícita a categoria de `trabalho universal' em relação ao trabalho científico". Ernst Mandei, 1980, p. 132.

[6] The Paris Commune, Moscou, Progress Publishers, 1970, p. 58.

[7] "Muitos historiadores se inclinaram a considerar a tecnologia como se ela tivesse uma importância ocasional e até recentemente ignoraram sua influência. Outros cientistas da sociedade como o historiador americano W. F. Ogburn, foram de fato partidários de um

crença em uma "ilusão tecnológica". Preferimos a companhia destes últimos, sem com isso minimizar o papel fundamental desempenhado pelos progressos científicos e técnicos nas transformações recentemente sofridas pelo Planeta. Esta "transformação total dos fundamentos da vida humana" de que fala Bernal teria sido impossível de outra forma.[8] Trata-se agora de um verdadeira interdependência entre a ciência e a técnica, contrariamente ao que acontecia outrora. De fato, como observou R. Richta (1970, p. 37), hoje "a ciência precede a técnica", embora sua realização lhe seja cada~vez mais subordinada. A tecnologia daí resultante é utilizada em escala mundial, e nada mais conta a não ser uma busca desenfreada do lucro, onde quer que as condições o permitam. Este é um dado fundamental da situação atual. O fato de a tecnologia terse tornado um elemento exógeno para grande parte da humanidade - já assinalado por A. Herrera (in C. Mendes, 1977, p. 159) - acarreta conseqüências de enorme alcance, já que sua utilização universal, quase sempre sem relação com os recursos naturais e humanos locais, é causa de graves distorções. Ora, tudo isso só foi possível porque o trabalho científico foi praticamente colocado a serviço da produção. A ciência tem, doravante, um papel produtivo (J. Thibault, 1967) .

3. Mundialização perversa e perversão das ciências

A mundialização que se vê é perversa (Santos, 1978) . Concentração e centralização da economia e do poder político, cultura de massa, cientificização da burocracia, centralização agravada das decisões e da informação, tudo isso forma a base de um acirramento das desigualdades entre países e entre classes sociais, assim como da opressão e desintegração do indivíduo. Desse modo se compreende que haja correspondência entre sociedade global e crise global. É igualmente compreensível, mas lamentável, que esse movimento geral tenha atingido a própria atividade científica.

A redescoberta do Planeta e do homem, isto é, a amplificação do saber que lhes diz respeito, são apenas os dois termos de uma mesma equação. Essa equação é presidida pela produção em suas formas materiais e imateriais. Os conhecimentos atuam sobre os instrumentos de trabalho, impondo-lhes modificações não raro brutais e produzindo males ou benefícios, segundo as condições de utilização.

Quando a ciência se deixa claramente cooptar por uma tecnologia cujos objetivos são mais econômicos que sociais, ela se torna tributária dos interesses da produção e dos produtores hegemônicos e renuncia a toda vocação de servir a sociedade. Trata-se de um saber instrumentalizado, onde a metodologia substitui o método.

Um saber comprometido com interesses e institucionalizado em função de conhecimentos estritamente delimitados acaba por sofrer uma fragmentação cujo resultado é, não a autonomia desejável das disciplinas científicas, mas a sua separação. A evolução econômica agrava essa distância e nos afasta cada vez mais de um enfoque global e da visão crítica que ele permite. Então, o trabalho do cientista se vê despojado de seu conteúdo teleológico e deve ser feito segundo uma ótica puramente pragmática para atender aos que pedem as pesquisas ou dirigem as instituições de ensino. Quando o trabalho científico deve atender a objetivos utilitariamente estabelecidos, temos diante de nós o divórcio entre a teoria e a práxis (A. Gouldner, 1976). Daí a possibilidade de um sucesso prático das teorias falsas (M. Bunge, 1968). Eis por que já se falou, e com razão, de perversão da ciência.[9]

---

determinismo tecnológico, considerando que a tecnologia controla as formas sociais e as normas culturais. A antropóloga Ixslie White diz explicitamente que `os sistemas sociais' são verdadeiramente secundários e subsidiários em relação aos sistemas tecnológicos (. . .) A tecnologia seria, para eles, a variável independente, e o sistema social 'a variável dependente". Victor Ferkiss, 1970, p. 37..

[8] "(. . .) o termo revolução científica e técnica foi proposto por Bernal para designar a total transformação dos fundamentos da vida humana, organicamente ligados às transformações da própria vida". R. Richta, 1970, p. 43,

[9] "Um traço notável do período atual é que as análises vivamente críticas da empresa científica vêm de universitários respeitáveis, cujo radicalismo é moderado ou nulo. Essa crítica da ciência, respeitável e feita do interior, exprime a nova consciência da ciência e o abandono de sua segurança de outrora. Quando se consideram as declarações de portavozes da ciência, fica-se chocado por seu caráter de propaganda. O cientista era, para pessoas como T. H. Huxley (1894), von Helmholtz (1893) ou Karl Pearson (1892), um exemplo das maiores virtudes intelectuais e morais". J. P. Ravetz, 1977, p. 79.

As ciências sociais não fazem exceção nesse contexto. O mesmo movimento também as deformou e descaracterizou. Nunca é demais insistir no risco representado por uma ciência social monodisciplinar, desinteressada das relações globais entre os diferentes vetores de que a sociedade é constituída como um todo. Pode-se talvez encontrar uma das principais causas da crise atual das ciências sociais em sua insalubridade. Boa parte da produção intelectual nesse domínio despreza os estudos mundiais globalizantes. Esse atraso em relação ao mundo é uma das marcas desse desatino das ciências humanas. Incapazes de apreender a separação entre princípios e normas (A. Catemario, 1968, p. 74) e por isso mesmo empobrecidas, não surpreende constatar as múltiplas formas de sua submissão a interesses quase sempre inglórios do mundo da produção. Elas se põem, por vezes sem julgamento crítico, a serviço do *marketing*, daquilo que se chama relações humanas, de toda sorte de *social engineering* e de produção, sob encomenda das ideologias (Michael Useern, 1976), reduzindo assim gradualmente suas possibilidades. Desse modo as ciências sociais se interessam por uma amostragem tendenciosa das contradições mais importantes; o Estado e as firmas transnacionais, o Estado e a nação, o crescimento e o empobrecimento, o Leste e o Oeste, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento etc., de modo a ocultar as causas reais e os resultados previsíveis dos encadeamentos entre fenômenos.

Assim, reduzindo seu alcance e fragmentando seu campo de ação, elas se internacionalizam, tornando se incapazes de uma visão mundial e crítica. Os excessos de especialização e a perda de ambição de universalidade são dois aspectos de uma mesma questão e permitem a utilização perversa das ciências sociais.

A geografia não escapa a essa tendência. Desenvolvida parcialmente sob o signo do utilitarismo, fundada na economia neoclássica - portanto aespacial -, ela era chamada a negar-se a si mesma. Por isso ela conta entre suas fraquezas o fato de não ter um objeto claramente definido e a pobreza teórica e epistemológica sobre a qual repousa sua prática. A inexistência de um sistema de referências mais sólido, de resto, explica o papel de relevo que essa disciplina desempenhou na reorganização não igualitária do espaço e da sociedade, tanto ao nível mundial como no local.

4. As possibilidades entreabertas às ciências do homem

Embora assinalado por atividades quase sempre desviadas para preocupações imediatistas e utilitaristas, o atual período histórico encerra igualmente o germe de uma mudança de tendência. Se, por um lado, a ciência se torna uma força produtiva, observa-se, por outro, um aumento da importância do homem - isto é, de seu saber - no processo produtivo. Esse saber permite um conhecimento mais amplo e aprofundado do Planeta, constituindo uma verdadeira redescoberta do mundo e das enormes possibilidades que ele contém, visto ser revalorizada a própria atividade humana. Só falta colocar esses imensos recursos a serviço da humanidade. Trata-se de uma tarefa de longo fôlego, mas não impossível, que supõe a existência de uma ciência autônoma, conforme a definiu R. Wuthrow (1980, p. 30).

No momento, as condições locais de realização da economia internacional acabam por dar a primazia ao imperativo tecnológico, a conjuntos técnicos considerados como fixos, pois a própria ciência econômica parece organizar seus postulados em função de equações técnicas rígidas. Cumpre agora chegar a uma liberação desse imperativo tecnológico e subordinar as escolhas técnicas a finalidades bem mais amplas que a própria economia. Vê-se, assim, que não se trata absolutamente de uma questão técnica nem do domínio das ciências exatas, pois o problema diz respeito às ciências sociais, cuja responsabilidade se vê assim aumentada.

Conquanto imposta por necessidades históricas; a redescoberta da Natureza e do Homem deve ser creditada, sobretudo as disciplinas naturais, biológicas e exatas, ou seja, às "ciências". Isso insuflou nas "não-ciências", disciplinas do homem e da sociedade, um novo valor, ainda insuficientemente avaliado, na construção racional da história.

Os novos conhecimentos "científicos" apontam para o reino do possível, enquanto sua realização concreta pertence mais ao domínio das condições econômicas, culturais e políticas./Como o Futuro não é único, mas deve ser escolhido, são as ciências sociais que se tornam as ciências de base para uma construção voluntária da história. Como? Trata-se de alargar sua base filosófica de tal modo que as preocupações teleológicas não constituem obstáculo à fiel transcrição dos fenômenos.

As novas realidades são ao mesmo tempo causa e conseqüência de uma multiplicação de possibilidades, potenciais ou concretizadas, cuja multiplicidade de arranjos é fator de complexidade e de diferenciação crescentes. Não se trata aqui de adaptação do passado, mas de subversão das concepções fundamentais, das

formas de abordagem, dos temas de análise. Isso equivale a dizer que mudam ao mesmo tempo o conteúdo, o método, as categorias de estudo e as palavras-chave.
Enquanto promessa, o crescimento das possibilidades diz respeito ao mundo inteiro e a toda a humanidade, mas a historização e a geografização das possibilidades estão sujeitas à lei das necessidades.. A divisão dos domínios nem sempre é nítida, mas se pode pensar que num mundo assim construído são as ciências do homem que ganham em alcance. Ademais, inúmeras combinações doravante possíveis não são desejáveis; outras, igualmente numerosas, não convêm a todos os países ou regiões.

Capítulo 2

A RENOVAÇÃO DE UMA DISCIPLINA AMEAÇADA

A atual importância do território (para não falar de espaço . . .) na realização da história pode ser indicada pelo interesse crescente que lhe dedicam não somente os geógrafos mas também, e cada vez mais, os urbanistas, planejadores, cientistas de horizontes tão diferentes como os economistas, sociólogos, etnólogos, politicólogos, historiadores, demógrafos etc. Tanto Nels Anderson (1965, p. 5) como, mais recentemente, Pierre George (1982, p. 1) assinalaram que o assim chamado objeto tradicional da geografia era cada vez mais tratado por especialistas diversos. "Nosso objeto" seria melhor estudado por outros, queixa-se V. D. Dennison (1981, pp. 271-272).[1]
Por outro lado, a geografia, que sucumbiu às aliciantes demandas do mundo da produção, não será vítima de uma especialização exagerada? Max Sorre já em 1957 (p. 10; pp. 35-36) falava de uma ameaça de "desmembramento". J. Allan Patmore (1980) chamou a atenção para tais riscos e, a despeito de seu ceticismo, R. J. Johnston (1980) chegou mesmo a sugerir que, do jeito que vão as coisas, a disciplina acabaria na anarquia. A mesma preocupação levou Brian Berry (1980, p. 449) a declarar em seu discurso presidencial da Associação dos Geógrafos Americanos que nos encaminhávamos "do pluralismo para a licença". Pode-se então dizer, com M. E. Eliot-Hurst (1980, p. 3), que se trata de uma disciplina moribunda? Trata-se, sem nenhuma dúvida, de uma disciplina ameaçada. Mas as ameaças vêm muito mais dela mesma, em seu estado atual, do que das disciplinas vizinhas.

A questão complica-se quando admitimos, com o mesmo R. J. Johnston (1980), que existem tantas geografias quanto geógrafos[2] ou quando reconhecemos, com H. Lefèbvre (1974, p. 15) que "os escritos especializados informam seus leitores sobre todos os tipos de espaços precisamente especializados (. . .) haveria uma multiplicidade indefinida de espaços: geográficos, econômicos, demográficos, sociológicos, ecológicos, comerciais, nacionais, continentais, mundiais". Y. Lacoste (1981, p. 152) sintetiza até certo ponto esses dois pontos de vista ao escrever: "De fato, existem tantas concepções do 'espaço geográfico' ou do 'espaço social' quanto tendências 'de escolas' em geografia, sociologia ou etnologia; no limite, existem tantas maneiras de ver as coisas quanto individualidades conduzindo uma investigação sobre uma *démarche* científica (. . .) ".
Certo, dizemos nós, existem percepções diversas das mesmas coisas, pois há indivíduos diferentes. Mas deve-se por isso renunciar à aproximação de uma definição objetiva das realidades? Do contrário, não se saberia sequer por onde começar o trabalho científico. E estaríamos sempre à mercê de uma ambigüidade. Com efeito, para a questão que nos interessa, é preciso transformar num só o que parece um duplo problema. Trata-se de definir o espaço da geografia, seja ela uma geografia renovada ou redefinida, e estabelecer assim seu objeto e limites.[3]

1. À procura de um objeto: o espaço

---

[1] A crítica de V. D. Dennison (1981) é severa. Para ele, a tiõção de região, que constituía o centro da geografia tradicional, foi substituída na geografia moderna pelo estudo de conceitos e idéias. Mas essas "idéias e conceitos que agora constituem a sua base não são absolutamente particulares à geografia, e não raro foram até emprestados de outras disciplinas".

[2] Lá onde Johnston afirma que tudo o que os geógrafos fazem é geografia, Alain Bidaud, Maurice Blondeau e AnneMarie Gérin (1978) preferem indagar: "Existem tantas geografias quantos são os geógrafos?"

[3] "Para ter um papel específico e útil, uma ciência precisa de um campo de trabalho particular e também de seu próprio conjunto de conceitos. Pode-se definir as características das geografias?" Arild Holt-Jensen, 1981, p. 4.

Um sistema de realidades, ou seja, um sistema formado pelas coisas e a vida que as anima, supõe uma legalidade: uma estruturação e uma lei de funcionamento. Uma teoria, isto é, sua explicação, é um sistema construído no espírito, cujas categorias de pensamento reproduzem a estrutura que assegura o encadeamento dos fatos. Se a chamarmos de organização espacial, estrutura espacial, organização do espaço, estrutura territorial ou simplesmente espaço, só a denominação é que muda, e isto não é fundamental. O problema é encontrar as categorias de análise que nos permitem o seu conhecimento sistemático, isto é, a possibilidade de propor uma análise e uma síntese cujos elementos constituintes sejam os mesmos.

Muito tempo e talento foram dissipados recentemente por geógrafos numa discussão semântica semsaída. Chegou-se mesmo a inventar novas denominações. Por exemplo, alguns preferem falar da espacialidade ou até de espacialização da sociedade, recusando a palavra espaço, mesmo o espaço social. No entanto, a renovação da geografia passa pela depuração da noção de espaço e pela investigação de suas categorias de análise. Quando Armando Corrêa da Silva (1982, p. 52) enuncia que não há geografia sem teoria espacial consistente, afirma também que essa "teoria espacial consistente" só é válida analiticamente se se dispuser de um "conceito referente à natureza do espaço".

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistemade coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas.[4] Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portando, como nas definições clássicas de geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama forma pela sociedade de hoje e o meio ambiente.

O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento As forma, pois têm um papel na realização social.

Enquanto totalidade, a sociedade é um conjunto de possibilidades. A totalidade, segundo Kant, é a "pluralidade considerada como unidade" ou a "unidade da diversidade", de acordo com A. Labriola (1982) e E. Sereni (1970). Essa unidade nada mais é que a essência nova ou renovada, cuja vocação consiste em deixar de ser potência para tornar-se ato. Tal conteúdo - a essência - pode ser comparado a uma sociedade em andamento, em evolução, em movimento. Ou, melhor ainda, ao seu presente ainda não realizado.

O conteúdo corporificado, o ser já transformado em existência, é a sociedade já embutida nas formas geográficas, a sociedade transformada em espaço. A fenomenologia do espírito de Hegel seria a transformação da sociedade total em espaço total. A sociedade seria o ser, e o espaço seria a existência. O ser é meta:r:orfoseado em existência por intermédio dos processos impostos por suas próprias determinações, as quais fazem aparecer cada forma como uma *forma-conteúdo*, um indivíduo seFarado capaz de influenciar a mudança social. E um movimento permanente, e por esse processo infinito a sociedade e o espaço evoluem contraditoriamente (Santos, 1983, p. 43-46).

2. Importância atual do espaço

A globalização da sociedade e da economia gera a mundialização do espaço geográfico, carregando o de novo significado (S. Amin, 1980, p. 226). Na evolução da sociedade, cada um de seus componentes tem um papel diferente no movimento da totalidade, e o papel de cada uma é diferente a cada momento.

---

[4] "É importante considerar os três modos pelos quais o espaço pode ser conceitualizado. Em primeiro lugar, o espaço pode ser visto num sentido absoluto, como uma coisa em si, com existência específica, determinada de maneira única. É o espaço do agrimensor e do cartógrafo, identificado mediante um quadro de referências convencional, especialmente as latitudes e as longitudes. Em segundo lugar, há o espaço relativo, que põe em relevo as relações entre objetos e que existe somente pelo fato de esses objetos existirem e estarem em relação uns com os outros. Assim, se tivermos três localidades A, B, C, estando os dois primeiros fisicamente próximos, ao passo que C está longe mas dispõe de melhores meios de transporte para A, é possível dizer, em termos relativos espaciais, que as localidades A e C estão mais próximas entre si do que A de B. Em terceiro lugar, há o espaço relacional, onde o espaço é percebido como conteúdo e representando no interior de si mesmo outros tipos de relação que existem entre objetos (. . .) ". A. L. Mabogunje, 1980, p. 52.

A terceira acepção de espaço de Mabogunje pode ser aproximada da definição de geografia pelo geógrafo japonês K. Takeuchi (1974, pp. 2-3): "Pensamos que a geografia humana atual deve ser considerada como o estudo dos princípios da organização espacial das atividades humanas, ou ainda como a análise dos mecanismos e dos processos que regulam o sistema espacial de atividades humanas integradas".

O espaço assume hoje em dia uma importância fundamental, já que a Natureza se transforma, em seu todo, numa forma produtiva (G. Prestipino, 1973, 1977, p. 181) . Quando todos os lugares foram atingidos, de maneira direta ou indireta, pelas necessidades do processo produtivo, criam-se, paralelamente, seletividades e hierarquias de utilização com a concorrência ativa ou passiva entre os diversos agentes. Donde uma reorganização das funções entre as diferentes frações de território. Cada ponto do espaço torna-se então importante, efetivamente ou potencialmente. Sua importância decorre de suas próprias virtualidades, naturais ou sociais, preexistentes ou adquiridas segundo intervenções seletivas.

Como a produção se mundializa, as possibilidades de cada lugar se afirmam e se diferenciam em nível mundial. Dada a crescente internacionalizaçãodo capital e a ascensão das firmas transnacionais,observar-se-á uma tendência à fixação mundial e não mais nacional dos custos de produção e a uma igualização das taxas de lucros graças à mobilidade internacional do capital (E. Mandel, 1978,p. 187-188), ao passo que a procura dos lugares mais rentáveis será uma constante.

É por isso que as diferenciações geográficas ganham uma importância estratégica fundamental, como nota Y. Lacoste (1977, p. 147) . Pode-se escolher à distância o lugar ideal para uma dada empresa. Ross, Shakow e Susman (1980) lembram, a propósito, que em nossos dias os projetos locais estão subordinados a constrangimentos de natureza mundial.

Pode-se, pois, dizer a respeito dessas novas realidades que tais especializações na utilização do território - sejam elas originalmente naturais ou culturais, ou provenham de intervenções políticas e técnicas - significam uma verdadeira redescoberta da Natureza ou pelo menos uma revalorização total, na qual cada parte, isto é, cada lugar, recebe um novo papel, ganha um novo valor.

Como o fenômeno é geral, poder-se-ia dizer que nesta fase da história se está afirmando o caráter geográfico da sociedade, ao qual se referia C. van Paassen já em 1957.[5] O homem atinge enfim um conhecimento analítico e sintético de toda a Natureza e adquire a capacidade de uma utilização geral e global das coisas que o cercam. A partir do momento em que a Natureza se define de nova maneira e suas relações com o homem se renovam, tornase necessária uma renovação das disciplinas que a estudam. Para a geografia, trata-se de novas perspectivas e de uma capacidade nova de trabalhar com leis universais.

3. A caminho de uma geografia global

Mas . . . a geografia já não era global? Um século atrás, K. Ritter e Vidal de Ia Blache falavam da unidade da Terra. Um autor como K. Boulding (1966, p. 108) , embora economista, não hesita em afirmar que a geografia é, entre todas, "a disciplina que interpretou a visão do estudo da Terra como um fenômeno global". Mas, em recente artigo, V. D. Dennison (1981, pp. 271-272) parece responder sim e não à questão, ainda que para ele essa disciplina seja sinônimo de estudos mundiais. Uma coisa é a ambição de chegar a isso, ou seja, a vontade de abarcar a totalidade dos fenômenos e de traduzi-los emformulações científicas, outra é conseguir fazê-lo.[6]

A velha tradição das escolas nacionais de geografia, ou pelo menos os pressupostos históricos da evolução da ciência geográfica nos diversos contextos nacionais, foi talvez um obstáculo a que fosse atingido um estágio de estudos geográficos globais. É verdade que essa preocupação de globalização é mais bem-sucedida, e há muito tempo, no domínio do que se chama geografia física,' enquanto na esfera dos fatos sociais ela se

---

[5] "A ciência geográfica tem uma base fenomenológica, ou seja, tem sua origem numa consciência geográfica e torna a sociedade mais consciente da geografia. Por outro lado, porém, o despertar da ciência geográfica depende da existência de uma consciência geográfica natural e pré-científica.. . Os geógrafos e a ciência geográfica não podem existir senão numa sociedade dotada de um senso geográfico". C. van Paassen, 1957, p. 21, citado por Olavi Granti, 1981, p. 22.

[6] Ainda recentemente, um autor como J. E. MeConnell (1982, pp. 1633-1634) se queixa de ainda não se ter conseguido estabelecer sistematicamente as relações existentes entre o comportamento internacional dos sistemas industriais e as formas espaciais.

T Segundo Voropay (1978, p. 616), a vontade de obter um conhecimento global do Planeta teria começado nos anos trinta, "quando prinjipia a exp'.oração do oceano mundial e a pesquisa geográfica atinge uma escala mundial".

8 Autores como J. Friedmann (1982) retomam questões como a das "cidades globais", assunto que aliás interessou especialistas de disciplinas as mais diversas, como Theodore vou Lane (1969), Stephen H. Hymer (1971), G. Modelski (1972), D. A. Heenan (1977), e tantos e tantos outros. O fato, porém, é que somente as grandes metrópoles são, em nossos dias, cidades globais; a mais pequena cidade também o é. Na realidade, é o espaço que se tornou global, mundializado (Santos, 1978).

revelou mais difícil. Com efeito, nesse domínio os esforços de teorização dificilmente ultrapassam o estágio embrionário, isto quando não são francamente infelizes ou não ficam no mero discurso.

A internacionalização da economia permitiu falar de cidades mundiais, verdadeiros nós na cadeia de relações múltiplas que dão um arcabouço à vida social do Planeta.e Na verdade, porém, é o espaço inteiro que se mundializou, e já não existe um único ponto do Globo que se possa considerar como isolado.

A teoria geográfica deveria então ser construída com um espírito bem mais amplo. J. F. Unstead, já em 1950, indicava a necessidade de se fazer uma "geografia mundial" ou uma "geografia global". Mas os projetos formulados nesse sentido não tiveram andamento. Oscilando entre a descrição e a generalização, desde a Antigüidade ao século XIX, a geografia nunca pôde descrever tudo nem fugir a generalizações freqüentemente inconsistentes. No fim do século passado e no início deste, ela assume uma vontade de teorização - ou pelo menos de independência científica - com a postulação de princípios. No entanto, o Planeta é ainda mal conhecido e um grande número de outros ramos do conhecimento apenas despontam. Contudo, é ao preço de um grande esforço que a geografia procura estabelece-se como ciência, mas sem consegui-lo inteiramente.

Parece-nos que a razão desses fracassos não se deve ao talento dos geógrafos, mas ao fato de as condições históricas concretas não terem sido reunidas, donde as dificuldades para a elaboração de uma teoria geográfica. No decorrer deste século, enquanto o debate sobre a verdadeira natureza da geografia se confunde com o de suas pretensões científicas, ambos deixam na sombra preocupações epistemológicas mais sólidas. Mesmo os esforços empreendidos após a Segunda Guerra Mundial não trouxeram senão uma parte limitada dos frutos visados. Acreditamos, porém, que é justamente agora que se reuniram as condições históricas para construir essa geografia global e também teórica, tão procurada de um século a esta parte.

4. Globalização e empiricização das categorias

Agora que o mundo se mundializou, que será da geografia? Não há dúvida de que o mundo sempre foi um só. Todavia, conforme já lembramos, não era possível apreender-lhe a unicidade, exceto para alguns fenômenos de alcance-mais geral e fora do domínio social. Atualmente, com a internacionalização das técnicas, da produção e do produto, do capital e do trabalho, dos gostos e do consumo, a mundialização das relações sociais de todos os tipos (econômica, financeira, política. . .) é a garantia de universalidade que permite compreender cada fração do espaço mundial em função do espaço global.

Somente a partir desta universalidade - uma universalidade empírica - é que certas categorias filosóficas podem ser transcritas numa linguagem geográfica com toda a sua significação. É o caso das categorias de universalidade, particularidade e singularidade, assim como das de formas, função, processo e estrutura - esta última como sinônimo de essência, ou seja, de oposição, não muito trabalhada, entre paisagem e sociedade ou mesmo entre paisagem e espaço.

Doravante a geografia está preparada para ultrapassar a "paleodialética" das geografias clássicas e mesmo atuais. Como a "lei zero" da dialética proposta por E. Marquit (1981) - a lei da interconexão universal[9] - é verificável empiricamente, o papel da contradição no processo de elaboração do conhecimento, tão justatpente sublinhado por Sean Sayers (1981-82) se impõe com toda a força. Chegamos a ele exatamente porque o processo de internacionalização iniciado há quase cinco séculos se tornou um processo de mundialização. Até então, a totalização com a qual podíamos trabalhar encontrava-se a princípio ao nível do espírito e era incompletamente realizado nos fatos. Em nossos dias, ela ocorre primeiro nos fatos e nas relações, antes de impor-se ao espírito.

Pode-se dizer que os grandes universais se empiricizam quando, de um lado, a realização prática dás técnicas se realiza independentemente do meio que as recebe e, de outro, o conjunto das técnicas utilizadas é em toda parte potencialmente a mesma. A independência das técnicas em face do meio e a mundialização do

---

[9] E. Marquit (1981, pp. 309-310) lembra que nos escritos de filosofia marxista-leninista se encontram geralmente três leis da dialética. E acrescenta uma quarta, a que chama Lei Zero, ou Lei da Interconexão Universal, assim enunciada: '"Todas as coisas estão ligadas às demais por uma infinidade de conexões. A lei da interconexão universal é a base para o conceito materialista dialético da unidade do mundo e seu conhecimento. Uma exceção qualquer à interconexão universal significaria que existem segmentos da realidade objetiva desconectados do resto, ou seja, não estariam associados a nenhum fenômeno (. . .). A lei da interconexão universal é ao mesmo tempo uma afirmação dialética da independência relativa das coisas e dos processos, porque o verdadeiro conceito de interconexão das coisas c dos fenômenos sugere também sua separação relativa (...)'.

modelo técnico fazem da técnica um verdadeiro universal concreto (Ladrière, 1968, pp. 216-217, e S. Breton, 1968, p. 114), instrumento de crescente solidariedade entre momentos e lugares. Temos aqui um conjunto técnico homogêneo, tornado sistemático porque comandado e vivificado por relações internacionais mundializadas e, por conseguinte, também elas unificadas. Neste cenário atuam as instituições supranacionais, as firmas transnacionais, os grandes organismos burocráticos centralizados, que exis tem graças à expansão mundial dos meios de transporte e de comunicação.

O valor universal do modo de produção em seu momento atual representa a base material para se chegar a conceitos universais. Samir Amin (1980, p. 4) afirma que são geralmente válidos os conceitos cuja possibilidade de aplicação é geral, lembrando que o modo de produção feudal não tem forçosamente a validez universal na medida em que foi extraído de uma parte da história e da Europa. Por outro lado, ele considera que Marx não pôde chegar a certas leis universais graças à sua experiência limitada das lutas sociais e à ignorância então generalizada no que se refere aos países não-europeus. Talvez não seja exatamente assim, mas, como na época a internacionalização ainda não atingira o estágio de desenvolvimento conhecido atualmente, a extração de categorias universais mostrava-se quase sempre impossível.

A quantidade de relações que entram no funcionamento da sociedade, da economia e da política aumenta de maneira exponencial, de sorte que o leque de variáveis ligadas a um objeto ou fenômeno é bem mais amplo no período atual. As grandes generalizações, portanto, são não apenas possíveis mas necessárias, tornando-se a um tempo mais sistemáticas e afinadas. Sua base, deve-se lembrar, é empírica.

Assim, podemos voltar ao tema da geografia como "ciência dos lugares", à qual se ligam nomes como Vidal de Ia Blache e C. Sauer, ou ao ressurgimento dessa mesma discussão com o debate sobre a uniqueness em que se envolveram, entre outros, Hartshorne (1955), Preston James (1972), Schaefer (1953) , Gourou (1973) , D. Grigg (1965) , Kalesnik (1971) , Bunge (1966 e 1979) etc.

Quanto mais os lugares se mundializam, mais se tornam singulares e específicos, isto é, "únicos". Isto se deve à especialização desenfreada dos elementos do espaço - homens, firmas, instituições, meio ambiente --, à dissociação sempre crescente dos processos e subprocessos necessários a uma maior acumulação de capital, à multiplicação das ações que fazem do espaço um campo de forças multidirecionais e multicomplexas, onde cada lugar é extremamente distinto do outro, mas também claramente ligado a todos os demais por um nexo único, dado pelas forças motrizes do modo de acumulação hegemonicamente universal. Teríamos assim essa totalidade concreta, perceptível através de uma dialética concreta, como a apresentada por G. Lukács em História e Consciência de Classe (1923, 1960) e Karel Kosik em Dialéctica de lo Concreto (1963, 1967).Já não se pode falar de contradição entre uniqueness e globalidade. Ambos se completam e se explicam mutuamente. O lugar é um ponto do mundo onde se realizam algumas das possibilidades deste último. O lugar é parte do mundo e desempenha um papel em sua história, ou, para citar Whitehead (1938, p. 188), "a menor agitação local sacode o universo inteiro" ("any local agitation shakes the whole universe"). O mundo foi sempre um conjunto de possibilidades. Hoje, porém, tais possibilidades são todas interligadas e interpedendentes.

5. Por uma geografia renovada

Em nossos dias, como vimos, as técnicas são utilizadas em toda parte sem consideração pelos sistemas locais de recursos naturais e humanos e superpostas a realidades econômicas e sociais diferentes. Os resultados, criadores de distorções e desigualdades em todos os lugares, impõem a cada local combinações particulares, que são outras tantas formas específicas de complexidade da vida social. O problema, portanto, consiste em reconhecer o efeito dessas superposições sobre a existência de cada sociedade.

A ponte a ser lançada entre possibilidades entreabertas e o ato de construir uma nova história virá do domínio complexo onde se encontram esses mesmos dados, segundo combinações variáveis. Daí a importância renovada das ciências do espaço do homem, isto é, da geografia, se se deseja dominar corretamente as forças de que doravante se dispõe.

Em face do quadro antigo, o novo *stock*, multiplicado e diferenciado, dos conhecimentos e das possibilidades, implica uma subversão geral para o conjunto das ciências, com a redivisão e o remanejamento dos territórios científicos e a criação de novas disciplinas e a renovação das já existentes.

De outro, a mundialização do espaço cria as condições - até aqui insuficientes - para estabelecer um corpo conceitual, um sistema de referência e uma epistemologia, recurso de trabalho que sempre faltou a essa disciplina e por isso estreitou seu campo de estudo ao longo deste século.

A garantia de universalidade é um trunfo, visto assegurar a possibilidade de melhor compreender cada fração do espaço mundial em função do espaço global e permitir, assim, o reconhecimento e a interpretação

das intervenções sobrevindas, enquanto se realiza uma ciência crítica. Isso não era possível antes de o Planeta tornar-se realmente mundializado, vale dizer, antes de ele ser o objeto, em cada um de seus pontos, da ação de variáveis cuja dimensão é planetária.

Capítulo 3

METAMORFOSES DO ESPAÇO HABITADO

Espaço habitado e ecúmeno são sinônimos. Essas expressões fazem parte da linguagem da geografia e das outras disciplinas que estudam o território, mas já invadiram o vocabulário do homem comum. Em nossos dias, como já dizia, há anos, o grande geógrafo francês Maximilien Sorre, "o fato capital é a ubiqüidade do homem", capaz de habitar e explorar os mais recônditos lugares do Planeta. Poder-seá, sem dúvida, lembrar as viagens interplanetárias e o passeio do homem sobre a Lua, como conquistas recentes do gênio da espécie. Mas a Terra segue sendo a morada do Homem.

A questão do espaço habitado pode ser abordada segundo um ponto de vista biológico, pelo reconhecimento da adaptabilidade do homem, como indivíduo, às mais diversas altitudes e latitudes, aos climas mais diversos, às condições naturais mais extremas. Uma outra abordagem é a que vê o ser humano não mais como indivíduo isolado, mas como um ser social por excelência. Podemos assim acompanhar a maneira como a raça humana se expande e se distribui, acarretando sucessivas mudanças demográficas e sociais em cada continente (mas também em cada país, em cada região e em cada lugar). O fenômeno humano é dinâmico e uma das formas de revelação desse dinamismo está, exatamente, na transformação qualitativa e quantitativa do espaço habitado.

1. A expansão da população mundial

A população mundial levou alguns milênios antes de encontrar, nestes dois últimos séculos, um processo de crescimento sustentado. Antes, a curva da população total, como a dos diversos continentes, regiões ou países, oscilava consideravelmente e sobretudo ao sabor de fatores naturais. Quando foi possível trasladar e adaptar espécies vegetais e animais de um lugar a outro, os riscos de fome resultantes de safras desastrosas diminuíram. Quando os progressos da navegação permitiram que os navios fossem maiores e mais velozes, tornou-se possível transportar de um continente a outro grandes quantidades de cereais e de carne, ao nascerem os navios frigoríficos. Os avanços da industrialização e sua repercussão em todo o mundo levam a um progressivo aumento do bem-estar, embora desigualmente distribuído. Os progressos da medicina, lentamente obtidos nos séculos anteriores, se multiplicam desde o fim do século XIX. Então, o crescimento demográfico torna-se estável, graças à queda da mortalidade e à normalização ou ao aumento da natalidade. Aliás, esses últimos fenômenos são muito mais sensíveis nos países "novos" ou "subdesenvolvidos". -Da instabilidade da curva demográfica, passamos a um crescimento galopante da população mundial.

A aceleração da expansão demográfica é cumulativa. Entre a época neolítica, quando houve a grande revolução que gerou o *homo sapiens,* até os inícios da cristandade, um período que se conta em milênios (três? cinco?), a população do Planeta apenas dobra, passando de cem ou cento e vinte milhões a duzentos e cinqüenta milhões de habitantes. Para que a população dobrasse outra vez, foram necessários quase quinze séculos, entre a época romana e o reinado de Luís XIV, quando os efetivos humanos somavam quinhentos milhões, para alcançar quinhento e quarenta e cinco milhões em 1750. A nova duplicação do estoque humano vai dar-se em apenas um século, pois em torno de 1850 havia entre um bilhão e cem milhões e um bilhão e duzentos milhões de homens. Desde a fase em que Bismarck e Cavour constroem a unidade da Alemanha e da Itália e o fim da Segunda Guerra, a população mundial se duplica de novo, chegando a dois bilhões e quatrocentos milhões em 1950. Daí para cá, a aceleração se torna prodigiosa. Quinze anos depois, em 1965, contamos três bilhões e meio de criaturas sobre a face da terra. Somos, hoje, quase cinco bilhões e se admite que na virada do século a sociedade humana esteja formada por quase seis bilhões e quinhentos milhões de viventes.

2. Heterogeneidade do espaço habitado

A evolução global da população mundial só pode ser completamente entendida se considerarmos ao menos três dados essenciais. Primeiro, a distribuição da população entre as diversas áreas do Globo e dentro de cada

país evolui de maneira desigual. Depois, como isso não é apenas o resultado do excesso de nascimentos sobre o de mortes, temos de levar em conta as migrações internas e internacionais, cada vez mais freqüentes. Mas, também, as porções de território ocupadas pelo homem vão desigualmente mudando de natureza e de composição, exigindo uma nova definição. As noções de *espaço habitado* como de *terra habitada* vão brutalmente alterando-se depois da Revolução Industrial e especialmente após os anos 50 deste século.

Enquanto a Europa e a parte asiática da atual União Soviética levam um século, entre 1860 e 1960, para ver duplicada a sua população, o mesmo resultado é obtido em sessenta anos pela Ásia e pela África; em quarenta anos para a América do Norte e em trinta anos para a América do Sul. Quanto ao Brasil, a população mais do que duplica em trinta anos, entre 1890 e 1920 e triplica nos quarenta anos que separam 1940 e 1980. Nos últimos vinte e cinco anos ela praticamente dobra, passando dos setenta milhões contados em 1960, para os (aproximadamente) cento e trinta e cinco milhões atuais.[1]

Uma das características do 'espaço habitado é, pois, a sua heterogeneidade, seja em termos da distribuição numérica entre continentes e países (e também dentro destes), seja em termos de sua evolução. Aliás, essas duas dimensões escondem e incluem outra: a enorme diversidade qualitativa sobre a superfície da terra, quanto a raças, culturas, credos, níveis de vida etc.

3. Em um século, uma humanidade misturada

A segunda metade do século XIX marca o começo das migrações maciças dos países "velhos" para as nações "novas" onde se instalam centenas de milhares de europeus. O fenômeno é particularmente sensível nos Estados Unidos, Canadá, Uruguai, Argentina, Brasil, Chile, Austrália, Nova Zelândia, mas também nos países africanos e asiáticos recém-colonizados, como, igualmente, no resto da América Latina e do mundo.

Após a Segunda Guerra Mundial, há tendência à inversão das correntes migratórias graças, em grande parte, à prosperidade renovada nos países ricos, cujos habitantes desdenham as tarefas consideradas mais humildes, pesadas ou degradantes. Largos contingentes de população se deslocam de países vizinhos mais pobres da Europa e, mais tarde, de antigos países coloniais. O outro lado da colonização é a *colorização* da Europa. Nos Estados Unidos, agora o país central, o fornecimento de mão-deobra barata vem da América Latina, sobretudo do México e de Porto Rico, mas também de outros países.

As mudanças políticas, freqüentes nos países subdesenvolvidos, geraram, também, várias e volumosas correntes migratórias, mas há.também migrações internacionais de trabalho bastante expressivas.

4. A exploração urbana e metropolitana

Dentro dos países, a repartição geográfica da população também muda. Certas regiões perdem população em proveito de outras, tornadas mais dinâmicas (no caso do Brasil, a perda de substância demográfica do Nordeste em favor do Sudeste é notória), mas o essencial do movimento é devido à urbanização.[2]

Tomando o Planeta como um todo, a população considerada urbana representava apenas 1,7% do total nos inícios do século XIX; em 1950, tal percentual era de 21 % , percentagem que passa para 25% em 1960, 37,4% em 1970 e cerca de 41,5% em 1980.

---

[1] Os países subdesenvolvidos continham 79,2% da humanidade em meados do século XVII. Essa proporção vai declinando, primeiro lentarriente e depois mais rapidamente, durante os dois séculos seguintes, em favor dos países hoje desenvolvidos: eram 78,4% em 1800, 72% em 1850 e 68% em 1900. A Segunda Grande Guerra marca um ponto de inflexão, pois em 1961 a população dos países pobres representa 69,1 % do total mundial e em 1985 b já correspondente a 74%. E não pára de crescer, na medida em que os índices de fertilidade baixam na Europa e nos Estados Unidos e são mais altos na Ásia, na África e na América Latina, apesar das ricas campanhas antinatais que se fazem nesta parte do mundo, sob os auspícios de países do centro.

[2] Entre 1800 e 1950, a população mundial multiplicouse por 2,3 enquanto a população urbana total se multiplica por 20. Em 1800, 27,4 milhões de pessoas viviam em cidades com mais de cinco mil habitantes; em 1850 eram 75 milhões; eram 219 milhões em 1900 e 716 milhões em 1950. Em cento e cinqüenta anos, a população dessas localidades passa de 3% a quase 30% da população mundial.

O fenômeno da urbanização é, hoje, avassalador nos países do Terceiro Mundo. A população urbana dos países subdesenvolvidos (tomadas apenas as cidades com mais de vinte mil habitantes) é multiplicada por 2,5 entre 1920 e 1980, enquanto nos países subdesenvolvidos o multiplicador se aproxima de 6. O retardo da urbanização nos países do "Sul" é seguido por uma verdadeira revolução urbana. No caso do Brasil, a população urbana é praticamente multiplicada por cinco nos últimos trinta e cinco anos e por mais de três nos últimos vinte e cinco anos.

A proliferação de grandes cidades foi surpreendente nos países pobres. Das vinte e seis cidades mundiais com mais de cinco milhões de habitantes em 1980, dezesseis estão nos países subdesenvolvidos. Estima-se que no ano 2000, das sessenta cidades com essa população no mundo inteiro, quarenta e cinco estarão no Terceiro Mundo.

5. A criação de um meio geográfico artificial

As mudanças são quantitativas, mas também qualitativas. Se até mesmo nos inícios dos tempos modernos as cidades ainda contavam com jardins, isso vai tornando-se mais raro: o meio urbano é cada vez mais um meio artificial, fabricado com restos da natureza primitiva crescentemente encobertos pelas obras dos homens. A paisagem cultural substitui a paisagem natural e os artefatos tomam, sobre a superfície da terra, um lugar cada vez mais amplo. Com o aumento das populações urbanas, ocupadas em atividades terciárixs e secundárias, o campo é chamado a produzir mais intensivamente. No século XIX, para alimentar um urbano eram necessárias cerca de sessenta pessoas trabalhando no campo. Essa proporção vai modificando-se ao longo destes dois séculos. Em certos países, hoje, há um habitante rural para cada dez urbanos. No Brasil caminhamos para igual proporção em certas regiões, como na maior parte do Estado de São Paulo.

A agricultura passa, então, a se beneficiar dos progressos científicos e tecnológicos, que asseguram uma produção maior sobre porções de terra menores. Os progressos da química e da genética, juntamente com as novas possibilidades criadas pela mecanização, multiplicam a produtividade agrícola, e reduzem a necessidade de mão-de-obra no campo. A urbanização ganha, assim, novo impulso e o espaço do homem, tanto nas cidades como no campo, vai tornando-se um espaço cada vez mais instrumentalizado, culturizado, tecnificado e cada vez mais trabalhado segundo os ditames da ciência. O capital constante que, antes, era um apanágio das cidades, sobretudo naquelas onde se concentrava a produção industrial, passa, também, a caracterizar o próprio campo, na forma de implementos, fertilizantes e inseticidas, máquinas e sementes selecionadas. Esse capital constante fixo ou localizado chega, aliás, a toda parte apoiado pela expansão da rede de estradas de ferro e de rodagem que vão assegurar uma circulação mais rápida e relativamente mais barata, sem a qual o abastecimento das cidades se tornaria impossível. O fato de que a energia se transporte em forma de eletricidade, ou através de modernos condutos de óleo, de gasolina ou de gás vai permitir, depois, a desconcentração industrial, enquanto no século passado o fenômeno da industrialização explica as grandes concentrações urbanas da Europa e do leste dos Estados Unidos. Os transportes se modernizam, encurtando as distâncias entre as cidades e dentro delas. E o urbanismo subterrâneo se transforma em um suporte indispensável às formas de vida e às atividades econômicas contemporâneas.

Tudo isso se dá em um quadro de vida onde as condições ambientais são ultrajadas, com agravos à saúde física e mental das populações. Deixamos de entreter a natureza amiga e criamos a natureza hostil.

6. Da natureza hostil a um espaço do homem?

O exame do que significa, em nossos dias, o espaço habitado, deixa entrever, claramente, que atingimos uma situação-limite, além da qual o processo destrutivo da espécie humana pode tornar-se irreversível.

O espaço habitado se tornou 'um meio geográfico completamente diverso do que fora na aurora dos tempos históricos. Não pode ser comparado, qualitativa ou estruturalmente, ao espaço do homem anterior à Revolução Industrial. Conforme assinala Garrett Ekbo em seu belo livro A Paisagem Que Vemos, com a Revolução Industrial a articulação tradicional, histórica, da comunidade com o seu quadro orgânico natural, foi então substituída por uma vasta anarquia mercantil. Agora, o fenômeno se agrava, na medida em que o uso do solo se torna especulativo e a determinação do seu valor vem de uma luta sem trégua entre os diversos tipos de capital que ocupam a cidade e o campo. O fenômeno se espalha por toda a face da terra e os efeitos diretos ou indiretos dessa nova composição atingem a totalidade da espécie. Senhor do mundo, patrão da Natureza, o homem se utiliza do saber científico e das invenções tecnológicas sem aquele senso de medida que caracterizará as suas primeiras relações com o entorno natural. O resultado, estamos vendo, é dramático.

Capítulo 4

CATEGORIAS TRADICIONAIS, CATEGORIAS ATUAIS

As mudanças que o território vai conhecendo, nas formas de sua organização, acabam por invalidar os conceitos herdados do passado e a obrigar a renovação das categorias de análise. Damos, a seguir, alguns exemplos da imperiosidade da substituição de tais conceitos.

1. A região

Geógrafos dos mais renomados e das mais diversas origens tiveram na região um domínio de aprofundados estudos, tanto ao nível da teorização, como no campo dos trabalhos empíricos. Os enfoques são múltiplos, conforme R. Lobato Corrêa nos mostra muito bem (1986).

Durante um longo período muitos a estudaram isoladamente do mundo como um todo. Viam-na como uma entidade autônoma, com aspectos particulares, o que equivalia a dividir o mundo em uma infinidade de regiões auto-suficientes, mantendo poucas relações entre si. Mas o mundo mudou e as transformações são cada vez mais intensas e velozes. O território a cada momento foi organizando-se de maneira diversa, muitas reorganizações do espaço se deram e continuam acontecendo, atendendo aos reclamos da produção da qual é arcabouço. Merecem destaque especial as transformações ocorridas a partir de meados deste século, que representaram muito mais do que uma simples mudança. Assim mo processo de escala mundial tenha resultados distintos, particulares, segundo os lugares.

Num estudo regional se deve tentar detalhar sua composição enquanto organização social, política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos, para reconhecer como a área se insere na ordem econômica internacional, levando em conta o preexistente e o novo, para captar o elenco de causas e conseqüências do fenômeno.

Os elementos que se agrupam dando a configuração espacial de um lugar têm que passar por um estudo aprofundado, desde o homem até as instituições que vão dirigir, juntamente com as firmas, as formas de materialização da sociedade. Destrinchar as relações existentes entre estes elementos, tornando os conceitos em realidades empíricas, permitirá que se vislumbre, no tempo e no espaço, a transformação.

A busca da explicação das transformações passa pela compreensão dos grandes grupos de variáveis, que compõem o território, a começar pelos indicadores mais comuns a este tipo de trabalho até os mais complexos, reveladores das grandes mudanças ocorridas no período técnico-científico - tipologia das tecnologias, dos capitais, da produção, do produto, das firmas, instituições; intensidade, qualidade e natureza dos fluxos; captação dos circuitos espaciais de produção; peso dos componentes técnicos modernos na produção agrícola; expansão das agroindústrias; novas relações de trabalho no campo; desmaterialização da produção etc. Tais variáveis são interdependentes, umas sendo causa e/ou conseqüência de outras, não tendo, portanto, real valor, se não analisadas em conjunto.

2. Circuitos espaciais de produção

Hoje, a noção de região inclui-se num contexto maior, onde, também, não podemos mais falar da clássica noção de rede urbana; assim também como não podemos mais referir-nos às clássicas noções de relação cidade-campo. Não é que não existam ainda hoje estas relações, mas mudaram de conteúdo e de forma. Hoje, uma cidade pode não manter intercâmbio importante com sua vizinha imediata e, no entanto, manter relações intensas com outras muito distantes, mesmo fora de seu país. Por exemplo, uma indústria mecânica localizada na cidade de Sertãozinho, que pertence à Sexta Região Administrativa do Estado de São Paulo, composta por oitenta municípios, mantém relações comerciais, tanto de compra quanto de venda, com apenas umas seis cidades locais; no entanto, ela mantém relações intensas com a capital do Estado e com outros países, já que exporta grande parte de sua produção anual de máquinas.

O mundo encontra-se organizado em subespaços articulados dentro de uma lógica global. Não podemos mais falar de circuitos regionais de produção. Com a crescente especialização regional, com os-1 inúmeros fluxos de todos os tipos, intensidades e direções, temos que falar de circuitos espaciais da produção. Estes seriam as diversas etapas pelas quais passaria um produto, desde o começo do processo de produção até

chegar ao consumo final. Se quiséssemos, por exemplo, conhecer os circuitos produtivos da agroindústria de cana-de-açúcar, teríamos que observar todos os momentos da produção, desde o plantio de cana até o consumo do álcool, do açúcar ou de outros derivados. Teríamos que observar, então, vários itens distintos, assim, sobre a matéria-prima - local de origem, formas de seu transporte, tipo de veículo transportador etc.; sobre a mão-de-obra - qualificação, origem, variação das necessidades nos diferentes momentos da produção etc.; sobre estocagem - quantidade e qualidade dos armazéns, dos silos, proximidade da indústria, relação entre estocagem e produção etc.; sobre trans portes - qualidade, quantidade e diversidade das vias de transportes, dos meios de transporte etc.; sobra a comercialização - existência ou não de monopólio de compra, formas de pagamento, taxação de impostos etc.; sobre o consumo - quem consome, onde, tipo de consumo, se produtivo ou consumitivo etc. Se formos estudar os circuitos espaciais da produção canavieira no Estado de São Paulo, produtor de mais de 50% da colhida no país, no ano de 1980, poderíamos começar estudando seu plantio numa das áreas produtoras e terminá-lo onde há o consumo do álcool e do açúcar e seus derivados.

Uma mesma área, hoje, pode ser ponto de confluência de diversos circuitos produtivos. Numa mesma região realizam-se distintas fases de distintos circuitos de produção. A análise destes junto com a dos círculos de cooperação (Santos, 1985) nos dá a organização local e sua posição na hierarquia do poder mundial. "Discutir os circuitos espaciais da produção é discutir a espacialização da produção distribuição-troca-consumo como movimento circular constante. Captar seus elementos determinantes é dar conta da essência de seu movimento" (A. C. R. Moraes, 1985, p. 4).

3. Especializações produtivas e aumento da circulação

Com a difusão dos transportes e das comunicações cria-se a possibilidade da especialização produtiva. Regiões se especializam, não mais precisando produzir tudo para sua subsistência, pois, com os meios rápidos e eficientes de transporte, podem buscar em qualquer outro ponto do país e mesmo do Planeta, aquilo de que necessitam.

Antes dessa possibilidade, a maioria das regiões produzia quase tudo de que necessitava para sua reprodução; produzia-se de quase tudo em todos os lugares; vivia-se praticamente em autarquia. Hoje, assistimos à especialização funcional das áreas e lugares, o que leva à intensificação do movimento e à possibilidade crescente das trocas. Por isso crescem não só as grandes cidades, mas também as cidades médias. Quanto maior a inserção da ciência e tecnologia, mais um lugar se especializa, mais aumenta o número, intensidade e qualidade dos fluxos que chegam e saem de uma área. Esse processo pode conduzir à estagnação ou mesmo ao desaparecimento das cidades pequenas.

A diminuição relativa dos preços dos transportes, sua qualidade, diversidade e quantidade, cria uma tendência ao aumento de movimento. O número de produtos, mercadorias e pessoas circulando cresce enormemente, e como conseqüência a importância das trocas é cada vez maior, pois elas não apenas se avolumam como se diversificam. Novos complicadores surgem, pois, para a análise de qualquer situação hoje. Entre eles poderíamos citar a modernização agrícola, com os progressos da biotecnologia e da mecanização, a desmaterialização da produção e dos produtos, a desvinculação da produção agrícola do consumo alimentar ao mesmo tempo, aliás, em que as agroindústrias ganham em importância, tudo isso trazendo consigo uma grande diversidade de repercussões geográficas. Dentre estas, contamse: o domicílio não-rural de parte-crescente da mão-de-obra agrícola, a diversidade de fluxos e a intensidade de relações de todos os níveis, resultado dos altos níveis de especialização, os novos objetos geográficos criados para atender às novas condições técnicas, a dissolução da metrópole, isto é, a possibilidade aberta às grandes cidades de mostrarem presença imediata em todo o território.

O desenvolvimento teórico e metodológico nos ensina o que deixa de ter valor teórico e metodológico, e nos leva a substituir as categorias tradicionais por categorias atuais, isto é, do presente. Um exemplo disto é exatamente a impossibilidade, hoje, de simplesmente falarmos, como há vinte anos atrás, em dicotomias como cidade/campo, agrícola/industrial etc. Hoje o agricultor pode também ser o homem urbano - o melhor exemplo disso é a existência do trabalhador volante - o "bóia-fria" - que é um trabalhador agrícola mas já não é um habitante da zona rural. Os dois mercados de trabalho tendem a se confundir.

Vale, então, a pena retomar o debate sobre se a geografia seria então uma ciência dos lugares, como há quase um século já nos dizia Vidal de Ia Blache, ou se apenas seria uma ciência dos homens. Parecenos que, hoje, a geografia tende a ser cada vez mais a ciência dos lugares criados ou reformados para atender a determinadas funções, ainda que a forma como os homens se inserem nessa configuração territorial seja ligada, inseparavelmente, à história do presente. Se os lugares podem, esquematicamente, permanecer os mesmos, as situações mudam. A história atribui funções diferentes ao mesmo lugar. O lugar é um conjunto

de objetos que têm autonomia de existência pelas coisas que o formam - ruas, edifícios, canalizações, indústrias, empresas, restaurantes, eletrificação, calçamentos, mas que não têm autonomia de significação, pois todos os dias novas funções substituem as antigas, novas funções se impõem e se exercem.

4. A cidade: o lugar revolucionário

Na transição do feudalismo para o capitalismo, quando as terras pertencem aos senhores feudais, a cidade aparece como o lugar do trabalho livre. O burgo, lugar onde o trabalho livre é possível, concentra os artesões; o pedreiro, o alfaiate, mas também os comerciantes. Este lugar, a cidade, se diferencia do campo, entre outros motivos, pela possibilidade desse trabalho livre.

A cidade aparece, então, como uma semente de liberdade; gera produções históricas e sociais que contribuem para o desmantelamento do feudalismo. Representava a possibilidade do homem livre, da liberdade de escolha, muito embora esta fosse relativa, já que os ofícios eram regulamentados pelas corporações, pelas confrarias.

As cidades puderam formar-se graças a um determinado avanço das técnicas de produção agrícola, o qual propiciou a formação de um excedente de produtos alimentares. Com a existência deste excedente, algumas pessoas puderam dedicar-se a outras atividades, sendo a cidade, predominantemente, lugar de atividades não-agrícolas.

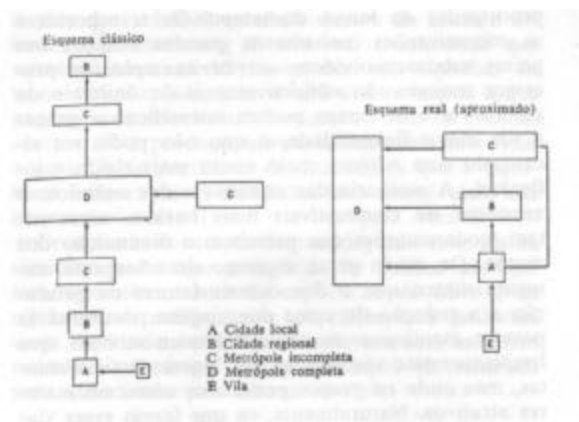
A cidade renasce (pois já existia antes do feudalismo - as primeiras formam-se por volta de 3.500 a. C.) no momento no qual se conhece um movimento bastante intenso de trocas. A descoberta da América, a intensificação das relações comerciais, com a Ásia e a África, fazem crescer as cidades. Quando se compra mais as cidades produzem mais, trocam mais excedentes entre si e, conseqüentemente, podem expandir-se e vêem seus espaços, elementos e relações aumentados; crescem e especializam-se em determinadas atividades.

A cidade reúne um considerável número das chamadas profissões cultas, possibilitando o intercâmbio entre elas, sendo que a criação e a transmissão do conhecimento têm nela lugar privilegiado. Dessa forma, a cidade é um elemento impulsionador do desenvolvimento e aperfeiçoamento das técnicas. Diga-se, então, que é a cidade lugar de ebulição permanente.

Nesta transição do feudalismo para o capitalismo, com o fortalecimento das cidades (burgos), a burguesia era a classe revolucionária; opunha-se à aristocracia (detentora das terras). Alguns autores, entre os quais o próprio Marx, afirmam que, em seus primórdios, o capitalismo é revolucionário na história da humanidade, pois, entre outras coisas, aumentou o número de pessoas que habitam as cidades, que têm então caráter transformador e faz crescer o trabalho livre.

5. Novas relações cidade-campo

Durante alguns séculos, campo e cidade interagiam mutuamente, mas com o processo que se inicia com as grandes navegações e consolida-se com a revolução industrial, não é mais possível ficarmos imunes às mudanças e continuarmos com os mesmos conceitos e classificações hierárquicas. Quando Lisboa, Londres etc., têm relações intensas com áreas distantes, de onde vem grande parte de suas riquezas, é pouco falarmos apenas em uma cidade que tem um campo do qual depende e vice-versa, ou antes, é incorreto. As relações com áreas (ongínquas ao campo imediato passa a ser uma constante, e mesmo uma necessidade. Mas a noção antiga perdurou e mesmo hoje, quando a vida rural às vezes se torna quase autônoma em relação à próxima cidadezinha, ainda encontramos incorretamente mencionado o tipo clássico de relações entre cidade e campo.

Quanto mais modernizada a atividade agrícola, mais amplas são as suas relações, mais longínquo o seu alcance. Por isso se pode falar em curto-circuito da cidade próxima, já que o esquema tradicional era rompido. Que fazer, desse modo, com o velho conceito de rede urbana (cidades maiores tendo as menores como tributárias) no seu esquema piramidal e militar? Os esquemas a seguir representam a visão tradicional da rede urbana e, por outro lado, uma aproximação da realidade tal como hoje se dá.

As relações entre as cidades em uma rede urbana.

Pelo esquema tradicional, havia uma série de degraus, de etapas, e galgá-los era crescer em importância, subir na hierarquia, ascender na escala da rede urbana. Utilizou-se este esquema por volta de um século, e apenas no início da década de 70 (1970) é que se elaboram as primeiras propostas contra tal esquema, sugerindo que ele fosse abandonado (Santos, 1975), já que a cidade não mantém relações apenas com as outras mais próximas na pirâmide.

6. Nova hierarquia urbana

A proposta de abandono desse esquema hierárquico tem como argumento a história concreta, ou seja, a observação das transformações reais, palpáveis, processadas ao longo do tempo. Os transportes e as comunicações conheceram grandes avanços nos países subdesenvolvidos - por exemplo, os processos maiores são obtidos através do ônibus e do automóvel e os fluxos podem intensificar-se graças a sua maior flexibilidade, o que não podia ser alcançado com o trem, meio muito mais rígido e inflexível. A melhoria das estradas e dos veículos, o encontro de combustíveis mais baratos representam modernizações que permitem a diminuição dos custos. De modo geral, o preço do transporte aumenta menos que o dos demais fatores da produção e a redução do custo das viagens possibilita às pessoas escolher onde adquirir bens e serviços, que freqüentemente vão buscar em lugares mais distantes, mas onde os preços praticados oferecem maiores atrativos. Naturalmente, os que fazem essas viagens de consumação são os que dispõem de mobilidade. Essa mobilidade no território é, aliás, negada aos que dispõem de menos rendas.

Quem não pode mover-se periodicamente para obter os novos itens de consumo que a publicidade lhe insinua, acaba saindo de vez. Temos aí um novo motivo para o aumento do número de migrantes para os maiores centros. Não esqueçamos o papel que o transistor, chegando aos pontos mais recuados do território, teve na revolução dos hábitos de consumo. Como as pequenas cidades não têm condições concretas de suprir-se de todos os bens e serviços, ou os vendem muito caro, acabam por perder boa parte dos seus habitantes. A migração, em última instância, é, sem paradoxo, conseqüência também da imobilidade. Quem pode, como já mencionamos, vai consumir e volta ao lugar de origem. Quem não pode locomover-se periodicamente, vai e fica. A migração, que também se dava em cascata, seguindo os degraus da mencionada hierarquia urbana, dá-se cada vez mais diretamente para os grandes centros. Desse modo há, também, modificações dos volumes relativos dentro do sistema urbano. Acrescentemos a tudo isso a realidade das agroindústrias, atividades modernas, sequiosas de tecnologia, capitais, informação e altos lucros e que passam ase relacionar diretamente com os grandes centros. Só a produção direta se dá localmente. Mas a garantia de participar de uma lógica que é extralocal insere essas atividades em nexos cada vez mais extralocais.

Com a transformação do mundo, devemos, assim, substituir as antigas categorias de análise por outras, que dêem conta da explicação do novo e da mudança. A análise, para ser válida, não pode ser vazia da história concreta. Como resposta às novas redes de relações é que podemos, hoje, falar de uma nova hierarquia urbana.

7. O presente e a totalidade

A geografia deve preocupar-se com as relações presididas pela história corrente. O geógrafo torna-se um empiricista, e está condenado a errar em suas análises, se somente considera o lugar, como se ele tudo explicasse por si mesmo, e não a história das relações, dos objetos sobre os quais se dão as ações humanas, já que objetos e relações mantêm ligações dialéticas, onde o objeto acolhe as relações sociais, e estas impactam os objetos. O geógrafo seria funcionalista se levasse em conta apenas a função; e estruturalista se apenas indicasse as estruturas, sem reconhecer o seu movimento histórico ou a relação social sem o conhecimento do que a produziu. Impõe-se, na análise, apreender objetos e relações corno um todo, e só assim estaremos perto de ser holistas, isto é, gente preocupada com a totalidade.

A relação social, por mais parcial ou mais pequena que pareça, contém parte das relações que são globais ("mais pequena" é escrito aqui no sentido hispânico de menor de todas). Por exemplo, a história que se passa, neste exato instante, em um lugarejo qualquer, não se restringe aos limites desse lugarejo, ela vai muito além. A história da produção de um fato desencadeia um processo bem mais abrangente, que insere o fenômeno em contextos cada vez mais amplos.

É só através dessa relação que não nos enganamos diante das coisas que têm a mesma aparência. Cada pessoa, cada objeto, cada relação é um produto histórico. Dessa maneira, conseguimos compreender como nossa disciplina estuda as relações, que se dão através dos objetos. Há uma interdependência entre os objetos e as relações.

Quando trabalho com o mundo, utilizo todas as suas variáveis em um momento dado. Mas nenhurri lugar pode acolher nem todas nem as mesmas variáveis, nem os mesmos elementos nem as mesmas combinações. Por isso, cada lugar é singular, e uma situação não é semelhante a qualquer outra. Cada lugar combina de maneira particular variáveis que podem, muitas vezes, ser comuns a vários lugares. O acontecer glo6a1 dá-se seletivamente, de modo ímpar, ainda que sempre comandado pela totalidade, e é isso o que nos leva imperativamente à necessidade de atentar para a história concreta do hoje, da comunidade humana, sua atualidade, não importa o lugar particular onde o novo se mostre.

A teorização depende de um esforço de generalização e de um esforço de individualização. A generalização nos dá a listagem das possibilidades; a individualização nos indica como, em cada lugar, algumas dessas possibilidades se combinam.

Apenas a partir do momento no qual a informação torna-se imediata, é que podemos construir a teoria na ciência geográfica. Na medida que a cada dia posso entender as novas relações criadas pelas novas técnicas, estamos muito mais próximos da teoria geográfica, pois a história nos ajuda a,,ver os fatos da globalização. O que prejudica é que não conhecemos o fato em si, mas as interpretações que são realizadas pelas agências internacionais. Por isso há necessidade, por parte do intelectual, de ler não apenas uma, mas as várias versões sobre um fato, para que possa ter uma outra visão do mundo, uma visão real dos fatos concretos, já que o mundo pode ser visto com muitas lentes distintas.

Capítulo 5

PAISAGEM E ESPAÇO

O espaço está no centro das preocupações dos mais variados profissionais. Para alguns, objeto de conhecimento, para outros simples meio de trabalho. Há desde os que o vêem como um produto histórico, até como um processo histórico. Puíamos dizer que o espaço é o mais interdisciplmar dos objetos concretos (Santos e Souza, 1986, p. 1) .

Todos os espaços são geográficos porque são determinados pelo movimento da sociedade, da produção. Mas tanto a paisagem quanto o espaço resultam de movimentos superficiais e de fundo da sociedade, uma realidade de funcionamento unitário, um mosaico de relações, de formas, funções e sentidos.

1. Paisagem, o que é

Tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.

2. Percepção e conhecimento

Nossa visão depende da localização em que se está, se no chão, em um andar baixo ou alto de um edifício, num miradouro estratégico, num avião... A paisagem toma escalas diferentes e assoma diversamente aos nossos olhos, segundo onde estejamos, ampliando-se quanto mais se sobe em altura, porque desse modo desaparecem ou se atenuam os obstáculos à visão, e o horizonte vislumbrado não se rompe.

A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Por isso, o aparelho cognitivo tem importância crucial nessa apreensão, pelo fato de que toda nossa educação, formal ou informal, é feita de forma seletiva, pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato. Por exemplo, coisas que um arquiteto, um artista vêem, outros não podem ver ou o fazem de maneira distinta. Isso é válido, também, para profissionais com diferente formação e para o homem comum.

A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada ~pessoa a vê de forma diferenciada; dessa forma, a visão pelo homem das coisas materiais é sempre deformada. Nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado. A percepção não é ainda o conhecimento, que depende de sua interpretação e esta será tanto mais válida quanto mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro o que é só aparência.

Já houve tempo em que, para muitos, a geografia teria como objeto o estudo da paisagem. Mas Sorre introduzia uma ressalva, distinguindo o fenômeno geográfico de sua mera expressão corpórea. Dizia o grande mestre francês que o geógrafo devia utilizar em sua descrição, "a noção capital de complexo geográfico local, cuja expressão concreta é a paisagem". E acrescentava: "eis o verdadeiro dado geográfico" (Megale, 1984, p. 126), como se quisesse mostrar o interesse de alcançar a essência do acontecer geográfico.

3. Paisagem e região

Muitos também davam como sinônimos paisagem e região. É fato que, em tempos bastante remotos, a geografia correspondente a cada grupo seria explicada pela própria ação do grupo e a paisagem e a região eram diretamente associadas. Esta idéia persistiu no espírito dos geógrafos europeus até o fim do século passado. "A teoria de Vidal de Ia Blache concebia o homem como hóspede antigo de vários pontos da superfície terrestre, que em cada lugar se adaptou ao meio que o envolvia, criando, no relacionamento constante e cumulativo com a natureza, um acervo de técnicas, hábitos, usos e costumes, que lhe permitiram utilizar os recursos naturais disponíveis. A este conjunto de técnicas e costumes, construído e passado socialmente, Vidal denominou ‘gênero de vida’, o qual exprimia uma relação entre a população e os recursos, uma situação de equilíbrio, construída historicamente pelas sociedades. A diversidade dos meios explicaria a diversidade dos gêneros de vida" (Moraes, 1986, p. 68-69).

Na Europa, a personalidade de cada região foi constituindo-se como resultado de uma longa evolução e os traços do passado podiam, por isso, cristalizar-se. As atividades criadas se mantinham durante um longo período, dando a impressão de imobilidade. Daí a idéia de que a paisagem, criada em função de um modo produtivo duradouro, devia confundir-se com a região, isto é, a área de ação do grupo interessado.

P fato que assim (e sobretudo no começo da história do homem) era possível entrever certa semelhança entre paisagem e região. Mas o mundo mudou, e hoje a confusão entre os dois conceitos não é mais possível. A geografia não é mais o estudo da paisagem, como imaginavam nossos colegas de antanho; não é que eles estivessem errados, apenas houve grandes transformações no mundo.
A modernização da agricultura, a dispersão industrial introduzem formas novas de organização espacial.

4. Os objetos culturais

Carl Sauer, pai da geografia cultural - muito próxima da antropogeografia de Ratzel e da geografia humana de Vidal de Ia Blache - propôs que considerássemos dois tipos de paisagem, a natural e a artificial. Argumenta dizendo que, à medida que o homem se defronta com a natureza, há entre os dois uma relação cultural, que é também política, técnica etc. É a marca do homem sobre a natureza, chamada de socialização por Marx.

Desta maneira, com a produção humana há a produção do espaço. O trabalho manual foi sendo relegado a segundo plano, e a maquinaria foi sendo cada vez mais usada até se chegar à automação. A produção do espaço é resultado da ação dos homens agindo sobre o próprio espaço, através dos objetos, naturais e artificiais. Cada tipo de paisagem é a reprodução de níveis diferentes de forças produtivas, materiais e imateriais, pois o conhecimento também faz parte do rol das forças produtivas.

5. Paisagem natural, paisagem artificial

A paisagem artificial é a paisagem transformada pelo homem, enquanto grosseiramente podemos dizer que a paisagem natural é aquela ainda não mudada pelo esforço humano. Se no passado havia a paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente não existe mais. Se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele, todavia, é objeto de preocupações e de intenções econômicas ou políticas. Tudo hoje se situa no campo de interesse da história, sendo, desse modo, social.

A paisagem é um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea. A vida em sociedade supõe uma multiplicidade de funções e quanto maior o número destas, maior a diversidade de formas e de atores. Quanto mais complexa a vida social, tanto mais nos distanciamos de um mundo natural e nos endereçamos a um mundo artificial.

Se levarmos em conta a sucessão histórica dos modos de produção, nela reconheceremos as diversas gradações do artifício, com o império do cultural se tornando cada vez mais marcante e significativo. Este parece ser o caminho da evolução. Hoje, por isso, diante de uma grande cidade como São Paulo, Nova York, Paris, Londres, Buenos Aires, torna-se difícil distinguir o que é natural do que é artificial. A percepção da diferença é cada vez mais árdua e temerária. Sabemos, todavia, que a marcha do mais natural ao mais artificial leva a que tenhamos mais e mais instrumentos de trabalho fixos e cada vez o domínio das técnicas se impõe. Há uma relação entre os instrumentos de trabalho (objetos dos mais diversos tamanhos, que o homem cria para poder produzir) e a paisagem. Há uma grande quantidade desses instrumentos que não são materiais, mas que se elaboram como elementos necessários à produção. Em eras bastante remotas, os instrumentos de trabalho eram um prolongamento do homem, mas, à medida que o tempo passa, vão transformando-se em prolongamentos da terra, próteses ou acréscimos à própria natureza, duráveis ou não. Os instrumentos de trabalho imóveis tendem a predominar sobre os móveis e a serem a condição de uso destes. Estradas, edifícios, pontes, portos, depósitos etc. são acréscimos à natureza sem os quais a produção é impossível. A cidade é o melhor exemplo dessas adições ao natural.

6. Paisagem e produção: os instrumentos de trabalho

A relação entre paisagem e produção está em que cada forma produtiva necessita de um tipo de instrumento de trabalho. Se os instrumentos de trabalho estão ligados ao processo direto da produção, isto é, à produção propriamente dita, também o estão à circulação, distribuição e consumo. A paisagem se organiza segundo os níveis destes, na medida em que as exigências de espaço variam em função dos processos próprios a cada produção e ao nível de capital, tecnologia e organização correspondentes. Por essa razão, a paisagem urbana é mais heterogênea, já que a cidade abarca diversos tipos e níveis de produção. Cada instrumento de trabalho tem uma localização específica, que obedece à lógica da produção nesses quatro momentos acima mencionados, e é por isso que o espaço é usado de forma desordenada.

A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos. Daí vem a anarquia das cidades capitalistas. Se juntos se mantêm elementos de idades diferentes, eles vão responder diferentemente às demandas sociais. A cidade é essa heterogeneidade de formas, mas subordinada a um movimento global. O que se chama desordem é apenas a ordem do possível, já que nada é desordenado. Somente uma parte dos objetos geográficos não mais atende aos fins de quando foi construída. Assim, a paisagem é uma herança de muitos momentos, já passados, o que levou Lênin a dizer que a grande cidade é uma herança do capitalismo, e veio para ficar, devendo os planejadores do futuro levar em conta essa realidade.

No começo da história do homem, seus instrumentos de trabalho eram separados, hoje estão cada vez mais indivisíveis, como uma estrada de ferro, uma autopista etc. O caminho histórico dos instrumentos de trabalho vai, cada vez mais, da divisibilidade à indivisibilidade e do dado isolado ao sistema. É o que ocorre com a energia elétrica, a água, o telefone etc. Outra tendência atual dos instrumentos de trabalho é ir do diminuto ao imenso - por exemplo, os circuitos integrados e os hipermercados. Cada um desses instrumentos é um sistema em si mesmo, que se relaciona com um sistema global. Dessa forma, um *shopping-center* tem seu próprio sistema de crédito, seus estacionamentos, sua lógica organizacional, seu sistema funcional. Há uma sistematicidade do objeto moderno que se relaciona com um sistema maior. Passamos dos objetos, geográfica e funcionalmente isolados, para os objetos agrupados sistematicamente e também sistêmicos. As cidades mais antigas adaptam-se, transformam-se mais ou menos lentamente; as novas já nascem assim.

7. Uma permanente mudança

Em cada momento histórico os modos de fazer são diferentes, o trabalho humano vai tornando-se cada vez mais complexo exigindo mudanças correspondentes às inovações. Através das novas técnicas vemos a substituição de uma forma de trabalho por outra, de uma configuração territorial por outra. Por isso, o entendimento do fato geográfico depende tanto do conhecimento dos sistemas técnicos.
O homem vai construindo novas maneiras de fazer coisas, novos modos de produção que reúnem sistemas de objetos e sistemas sociais. Cada período se caracteriza por um dado conjunto de técnicas. Em cada período histórico temos um conjunto próprio de técnicas e de objetos correspondentes. Num momento B, muitos elementos do momento A permanecem; e surgem novos. É a inovação triunfante _que permite sair de um período e entrar em um outro. A inovação traz a modificação da paisagem, que passa a ter objetos dos momentos A e B.

A paisagem não é dada para todo o sempre, é objeto de mudança. É um resultado de adições e subtrações sucessivas. É uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas. Por isso, ela própria é parcialmente trabalho morto, já que é formada por elementos naturais e artificiais. A natureza natural não é trabalho. Já o seu oposto, a natureza artificial, resulta de trabalho vivo sobre trabalho morto. Quando a quantidade de técnica é grande sobre a natureza, o trabalho se dá sobre o trabalho. É o caso das cidades, sobretudo as grandes. As casas, a rua, os rios canalizados, o metrô etc., são resultados do trabalho corporificado em objetos culturais. Não faz mal repetir: suscetível a mudanças irregulares ao longo do tempo, a paisagem é um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaço.

8. Datação e movimento da paisagem

Os objetos são passíveis, pois, de uma datação, têm idades. Pela datação dos objetos de uma paisagem deveríamos poder reconhecer a sua idade (ou as suas idades). Mas isso nem sempre é possível, já que, muitas vezes, os objetos antigos são suprimidos da paisagem. Quem desembarca em São Paulo, reconhece a história dos objetos presentes, mas não a história da cidade. Na velha Europa, os traços do passado são mais visíveis; é toda uma diferença de ritmos. Mas em todos os casos não há paisagem indiferenciada de um ponto de vista histórico, exceto a de uma cidade porventura inaugurada ontem.

A paisagem tem, pois, um movimento que pode ser mais ou menos rápido. As formas não nascem apenas das possibilidades técnicas de uma época, mas dependem, também, das condições econômicas, políticas, culturais etc. A técnica tem um papel importante, mas não tem existência histórica fora das relações sociais. A paisagem deve ser pensada paralelamente às condições políticas, econômicas e também culturais. Desvendar essa dinâmica social é fundamental, as paisagens nos restituem todo um cabedal histórico de técnicas, cuja era revela; mas ela não mostra todos os dados, que nem sempre são visíveis.

9. As mutações da paisagem:o estrutural e o funcional

As mutações da paisagem podem ser estruturais ou funcionais. Ao passarmos numa grande avenida, de dia ou à noite, contemplamos paisagens diferentes, graças ao seu movimento funcional. A rua, a praça, o logradouro funcionam de modo diferente segundo as horas do dia, os dias da semana, as épocas do ano. Dentro da cidade e em razão da divisão territorial do trabalho, também há paisagens funcionalmente distintas. A sociedade urbana é una, mas se dá segundo formas-lugares diferentes. É o princípio da diferenciação funcional dos subespaços. A sociedade não mudou, permaneceu a mesma, mas se dá de acordo com ritmos distintos, segundo os lugares, cada ritmo correspondendo a uma aparência, uma forma de parecer. É o princípio da variação funcional do mesmo subespaço.

Já uma mudança estrutural dá-se também pela mudança das formas. Quando se constroem prédios de quarenta, em lugar de vinte ou trinta e dois andares, é, via de regra, sinal de que outros também poderão ser construídos, de que temos atividades e gente para enchê-los, e justificar a sua construção. Há uma relação

entre a estrutura sócio-econômica e a estrutura sócio-econômica e política. Alterações de velhas formas para adequação às novas funções são também uma mudança estrutural.
E nesse quadro que se analisa o envelhecimento das formas, tanto físico quanto social. As formas envelhecem por inadequação física, quando, por exemplo, ocorre desgaste dos materiais. já o envelhecimento social corresponde ao desuso ou desvalorização, pela preferência social a outras formas. As vezes, o movimento corresponde a tinia moda, como a construção de suítes nas habitações; aqui há um envelhecimento moral. As vezes, o envelhecimento das formas permite que haja uma mudança brutal de seu uso - grandes casas viram cortiços,mudam de moradias ricas para pobres. O envelhecimento físico das formas é previsível pela durabilidade dos materiais, o envelhecimento moral. não é tão previsível, muda de acordo com o quadro político, econômico, social e cultural.

A paisagem é um palimpsesto, um mosaico, mas que tem um funcionamento unitário. Pode conter formas viúvas e formas virgens. As primeiras estão à espera de uma reutilização, que pode até acontecer; as segundas são adrede criadas para novas funções, para receber inovações. As funções que são mais suscetíveis de criar novas formas são:
bancos, hipermercados, o Estado, *shopping-centers* etc., além de certas funções públicas. Fora estas, são poucas as funções capazes de criar novas formas, e é por isso mais comum o uso das preexistentes através de uma readaptação. E ocaso de casas de saúde, escolas, serviços diversos, fábricas menores etc., que se instalam em antigos casarões ou prédios deixados por outras atividades com readaptação de formas velhas para novas funções.

10. Espaço, o que é

Segundo A. C. da Silva (1986, pp. 28-29) "as categorias fundamentais do conhecimento geográfico são, entre outras, espaço, lugar, área, região, território, habitat, paisagem e população, que definem 0 objeto da geografia em seu relacionamento. (. . .) De todas, a mais geral - e que inclui as outras é o espaço".

Mas paisagem e espaço são coisas diferentes. Como o vocábulo *paisagem*, a palavra *espaço* também é utilizada em dezenas de acepções. Fala-se em espaço da sala, do verde, de um país, de um refrigerador, espaço ocupado pelo corpo etc. É um dos termos que mais possui verbetes nos dicionários e enciclopédias; e em alguns comparecem com centenas de sentidos diversos.

Palavras como *vermelho, duro, sólido* não têm seus significados colocados em dúvida, estão associados a experiências elementares. O que não acontece com a palavra *espaço*, freqüentemente substituída por lugar, território etc. A palavra é mesmo muito utilizada como substantivo, assim espaço do homem, do migrante, do sedentário etc. A própria palavra *paisagem* é comumente utilizada para designar o espaço.
O espaço seria um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos; não entre estes especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários. Os objetos ajudam a concretizar uma série de relações. O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, inter mediados pelos objetos, naturais e artificiais.

11. A paisagem não é o espaço

Não há, na verdade, paisagem parada, inerme, e se usamos este conceito é apenas como recurso analítico. A paisagem é materialidade, formada por objetos materiais e não-materiais. A vida é sinônimo de relações sociais, e estas não são possíveis sem a materialidade, a qual fixa relações sociais do passado. Logo, a materialidade construída vai ser fonte de relações sociais, que também se dão por intermédio dos objetos. Estes podem ser sujeitos de diferentes relações sociais - uma mesma rua pode servir a funções diferentes em distintos momentos.

A sociedade existe com objetos, é com estes que se torna concreta. Por exemplo, São Paulo tem dezesseis milhões de habitantes, mas se não explicamos como estes se movem, para o lazer, para o trabalho, para as compras, como eles habitam, como participam na reprodução social etc., não estou me referindo a São Paulo, mas apenas a dezesseis milhões de pessoas...

A paisagem é diferente do espaço. A primeira é a materialização de um instante da sociedade. Seria, numa comparação ousada, a realidade de homens fixos, parados como numa fotografia. O espaço resulta do casamento da sociedade com a paisagem. O espaço contém o movimento. Por isso, paisagem e espaço são um par dialético. Complementam-se e se opõem. Um esforço analítico impõe que os separemos como categorias diferentes, se não queremos correr o risco de não reconhecer o movimento da sociedade.
Imaginemos a cidade de Salvador no dia primeiro de junho de 1987, às quinze horas. Teríamos uma determinada distribuição das pessoas, da produção sobre o território. Três horas mais tarde, esta distribuição

seria outra. O conjunto de trabalhos e atividades muda, assim como a visão do conjunto. O movimento das pessoas corresponde à etapa da produção que está se dando naquele momento. Todos são produtores - o operário, o artista de teatro, o vendedor de supermercado, o intelectual, o motorista de táxi etc., mesmo quem não está diretamente no processo de produção, já que também consome. É a maneira com que se dá a produção, e o intercâmbio entre os homens que dá um aspecto à paisagem. O trabalho morto (acumulado) e a vida se dão juntos, mas de maneiras diferentes. O trabalho morto seria a paisagem. O espaço seria o conjunto do trabalho morto (formas geográficas) e do trabalho vivo (o contexto social).

Há uma adequação da sociedade - sempre em movimento - à paisagem. A sociedade se encaixa na paisagem, supõe lugares onde se instalam, em cada momento, suas diferentes frações. Há, dessa maneira, uma relação entre sociedade e um conjunto de formas - materiais e culturais. Quando há uma mudança social, há também mudança dos lugares - por exemplo, a invasão de São Paulo pelos pobres, há cerca de vinte e cinco anos. Diríamos, com Edward Soja (1983) que a sociedade está sempre espacializando-se. Mas a espacialização não é o espaço. A espacialização é um momento da inserção territorial dos processos sociais. O espaço é mais do que isso, pois funciona como um dado do próprio processo social.

12. A espacialização não é o espaço

O espaço é o resultado da soma e da síntese, sempre refeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade. A paisagem tem permanência e a espacialidade é um momento. A paisagem é coisa, a espacialização é funcional e ó espaço é estrutural. Ë1 paisagem é coisa relativamente permanente, enquanto aespacialização é mutável, circunstancial, produto de uma mudança estrutural ou funcional. A paisagem precede a história que será escrita sobre ela ou se modifica para acolher uma nova atualidade, uma inovação. A espacialização é sempre o presente, um presente fugindo, enquanto a paisagem é sempre o passado, ainda que recente.O espaço é igual à paisagem mais a vida nela existente; é a sociedade encaixada na paisagem, a vida que palpita conjuntamente com a materialidade. A espacialidade seria um momento das relações sociais geografizadas, o momento da incidência da sociedade sobre um determinado arranjo espacial.

A espacialização não é o resultado do movimento da sociedade apenas, porque depende do espaço para se realizar. No seu movimento permanente, em sua busca incessante de geografização, a sociedade está subordinada à lei do espaço preexistente. Sua subordinação não é à paisagem, que, tomada isoladamente, é um vetor passivo. É o valor atribuído à cada fração da paisagem pela vida - que metamorfoseia a paisagem em espaço - que permite a seletividade da espacialização. Esta não é um processo autônomo, porque, na origem, depende das relações sociais e na chegada não é independente do espaço, nem o seu conceito substitui o conceito de espaço. A espacialização também não é apenas o resultado do movimento da sociedade, porque depende do espaço.

Capitulo 6

CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL E ESPAÇO

Capitulo 7

DO FISICO AO HUMANO. DO NATURAL AO ARTIFICIAL. GEOGRAFIA FISICA, GEOGRAFIA HUMANA

4. Geografia física, geografia humana

Antes da presença do homem sobre o Planeta, o que havia era só a natureza. Aquela época, haveria uma geografia física ou apenas uma física? A geografia física não podia existir antes do homem. Não há geografia

física que não seja uma parte da geografia humana. O que há, na verdade, é uma geografia do homem, que podemos subdividir em geografia física e humana.

A presença do homem na face da Terra muda o sistema do mundo. Torna-se, o homem, centro da Terra, do Universo, imprimindo-lhe uma nova realidade com sua simples presença. O homem é um dado da valorização dos elementos naturais, físicos, porque é capaz de ação. Usa suas forças intelectuais e físicas contra um conjunto de objetos naturais que seleciona como indispensável para se manter enquanto grupo. Assim, o homem é sujeito, enquanto a terra é objeto. E em torno do homem que o sistema da natureza conhece uma nova valorização e, por conseguinte, um novo significado.

Para o homem, isto é, para o grupo social que a defronta, a natureza deixa de ser algo que funciona apenas segundo leis naturais, e passa a ser um grande conjunto de objetos dos quais o homem escolhe alguns que aprende a utilizar. Esses objetos são, para o grupo, a natureza útil, um subsistema do sistema natural total, o seu subsistema eficaz. Esse subsistema é ainda a natureza, mas já é, igualmente, social, porque deliberadamente escolhido pelo homem.

Se o homem é um sujeito e a terra um objeto, não seria a geografia física um conjunto de objetos naturais, os quais permitiriam a ação do homem? Haverá ainda lugar para falarmos em geografia física, depois que a humanidade transformou em ecúmeno toda a superfície da terra, seja pelo seu uso produtivo ou apenas pela posse de seu conhecimento? Nada há mais hoje que escape à presença do homem ou, em todo o caso, ao seu olhar multiplicado, visão alargada e aprofundada por instrumentos de observação cuja acuidade vem crescendo a galope no curso deste século. Haverá uma geografia-física no momento em que todos os objetos na furais já são trabalhados ou são suscetíveis de trabalho?

Hoje, a sociedade humana tem como seu domínio a Terra; o Planeta, todo ele, *é o habitat* da sociedade humana. Na realidade, *habitat* e ecúmeno são, agora, sinônimos, cobrindo, igualmente, toda a superfície da Terra, pois o Planeta e a comunidade humana se confundem, num todo único. A presença do homem é um fato em toda a face da Terra, e a ocupação que não se materializa é, todavia, politicamente existente.

5. O novo sistema da natureza

O fato, porém, hoje, é que se os grupos humano têm o poder de modificar a ação das forças naturais, a natureza ainda obriga esses grupos a adaptações, ou impõem resultados diversos a ações semelhante.
O progresso técnico não elimina a ação da natureza A ação humana se verifica segundo diversos modelos:

- O quando o homem tem força para modificar os aspectos do quadro natural, fazendo deste uma segunda natureza mais adaptada aos seus fins;
- Quando o homem, prevendo as mudanças conjunturais do quadro natural, se prepara, seja para tirar partido dessa mudança, seja para reduzir os seus efeitos nefastos ou puramente negativos. Por exemplo, os efeitos de uma geada sobre uma plantação hoje não são os mesmos, não têm os mesmos resultados que há cinqüenta anos atrás, quando as formas de proteção da atividade agrícola não eram conhecidas ou não eram possíveis;

Quando, através do conhecimento das possibilidades de oscilações das condições naturais consideradas em relação com a atividade humana desenvolvida nesta ou naquela área 4- o homem imagina, elabora, codifica, impõe um sistema regulador mediante o qual os danos sociais ou individuais são coletivamente absorvidos. Por exemplo, quem paga ao produtor sua proteção contra as intempéries? Podemos chamar a isso de natureza socializada? Há uma socialização da natureza quando a sociedade se torna responsável pela ação do grupo sobre a natureza, isto é, quando a sociedade é responsável pelo trabalho de todos.

Nem sempre pode haver controle ativo da natureza, mas apenas controle passivo, por exemplo, quando se escolhe melhor, cientificamente, a melhor estação do ano para plantar este ou aquele produto ou quando se elaboram controles financeiros ou fiscais, tornando, por exemplo, o preço garantido, independente das condições climáticas. É como se a natureza aqui fosse esquivada, ludibriada na sua ação, não significando porém que ela deixe de existir ou de agir.

Estamos, pois, diante de um novo sistema da natureza. Hoje, o homem não comanda as intempéries, mas tem conhecimento prévio de sua eclosão. Tem condições de prever os terremotos, as enchentes etc., e isso pode mudar as suas conseqüências. São, certamente, esses dados naturais "invencíveis" (ao menos até agora) que então incluiríamos no capítulo da geografia física? Restam, ainda, muitas outras coisas: as correntes fluviais e aéreas, os movimentos de oceanos e mares, a erosão e os escorregamentos de terrenos, a expansão e a retração das calotas glaciais, o ritmo das florestas, a biografia dos seres vivos etc.

A geografia física deveria, então, contentar-se com uma geomorfologia dinâmica, uma climatologia e uma biogeografia, nos seus numerosos e múltiplos intercursos? Ou deveríamos aprofundar-nos cada vez mais nos processos, verticalmente buscando mais e mais leis de causa e efeito, afunilando o objeto de nossa

preocupação, para descobrir as primeiras e últimas verdades que estejam ao nosso alcance, mesmo que o interesse do homem já estivesse ausente?

Quem sabe nossa pesquisa, hoje, apenas abarque o domínio de interesse das sociedades humanas mais complexas ou sofisticadas; mas, e amanhã? Deve o cientista limitar seu escopo, diante de uma história que ainda está por ser feita, mas que pode ser feita em um amanhã não distante?

Este é, sem dúvida, um dilema, assim como toda busca de definição de um objeto é dilemática. Assim como a história jamais se escreve na véspera, a nova história das relações do homem com a natureza não pode ser cabalmente prevista. Há, todavia, alguns nortes: devemos buscar o conhecimento dos sistemas, a geografia física buscando uma sistematização horizontal, já que a busca de relações verticais infinitas nos impossibilita o avanço. Há um domínio particular da geografia física pois, apesar dos avanços da técnica, a história não é indiferente aos dados naturais. E a geografia regional, faria ou não o casamento entre a geografia física e a humana, como durante algum tempo se pretendeu? R. Lobato Corrêa (1986) já respondeu a essa questão de maneira adequada, mostrando o interesse e os limites do método regional.

O que se poderia, também, sugerir é a ótica abrangente, a ótica da produção das coisas, ou melhor, dos fenômenos tanto naturais como sociais. Isso levaria a uma outra forma de pensar o estudo regional, vendo a região como o lugar onde ação se passa. É o espaço da ação, do impacto da ação; esta tanto é natural quanto humana, pode ter origem local ou distante, mas sempre resulta em um impacto sobre um pedaço do território. Esta ação se exerce sobre objetos naturais e criados. A verdade, porém, é que, com o avanço da técnica, os objetos criados substituem cada vez mais os objetos naturais, mas aparecem também como objetos naturais aos olhos das novas gerações. É a história de sua produção que distingue a natureza herdeira do natural e a que provém do artifício.